



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 10 | outubro 2012



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: outubro de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 25 de outubro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
Destaques	33
O Processo de Integração Europeia	35
Proposta do Orçamento do Estado para 2013	37
Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2012	41
<hr/>	
Artigos	45
Em Análise	47
Comércio Internacional de Mercadorias com Moçambique	47
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	61
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	71

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Em agosto de 2012, a produção industrial mundial desacelerou para 2,6% em termos homólogos (3,1% em julho) devido sobretudo à deterioração da produção das economias avançadas, a qual registou uma variação negativa, facto que não sucedia desde finais de 2009. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também abrandou, atingindo globalmente tanto as economias avançadas como os países emergentes e em desenvolvimento.
- * No contexto das atuais tensões nos mercados financeiros, assistiu-se, no período mais recente, a algum desanuviamento das referidas tensões proporcionado pelas decisões do Conselho do Banco Central Europeu sobre as modalidades para a realização de Transações Monetárias Definitivas (TMD) nos mercados secundários de obrigações soberanas na área do euro e, ainda pela ratificação da Alemanha do Mecanismo Europeu de Estabilidade. Estes factos contribuíram, em parte, para o prosseguimento da apreciação do euro face ao dólar e para o andamento favorável do índice bolsista na área do euro.
- * Os indicadores referentes ao 3.º trimestre de 2012 indicam que a atividade económica manteve-se moderada nos EUA, permaneceu fraca na área do euro e deteriorou-se no Japão. Na China o crescimento do PIB foi menos robusto, tendo aumentado 7,4% em termos homólogos reais (7,6% no 2.º trimestre). Neste período, a taxa de inflação da generalidade das economias avançadas manteve-se baixa e a das economias emergentes diminuiu.
- * No 3.º trimestre de 2012, a economia dos EUA manteve uma atividade económica moderada. Com efeito, a produção industrial e as exportações abrandaram; enquanto a atividade dos serviços e o consumo privado reforçaram o seu crescimento. A taxa de desemprego desceu para 8,1% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,7% (1,9% no 2.º trimestre).
- * No 3.º trimestre de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da descida de todos os indicadores de confiança. Os indicadores quantitativos para a AE indicam a manutenção de uma fraca atividade económica, com destaque para a quebra da produção industrial e das vendas a retalho; enquanto o crescimento das exportações se reforçou. Em agosto de 2012, a taxa de desemprego estabilizou tanto na UE como na AE, para 10,5% e 11,4%, respetivamente e, a taxa de inflação homóloga da AE manteve-se em 2,6% em setembro de 2012.
- * Em outubro de 2012 e, até ao dia 25, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, embora a descida tenha sido mais acentuada para o último caso. De facto, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,21% (0,25%, em setembro) e a dos EUA em 0,33% (0,39% em setembro).
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* desceu em outubro, tendo a média do preço do Brent, até ao dia 25, registado o valor de 112 USD/bbl (86€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * No 3.º trimestre de 2012, o indicador de clima económico recuperou ligeiramente, mantendo a tendência iniciada no início do ano.
- * O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 2,9% em setembro de 2012 (-0,2 p.p. face ao verificado no mês de agosto).
- * Até setembro de 2012, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo comparável na Administração Local, foi de 4.132,3M€. Excluindo as EPR, o défice foi de 3.631,0M€, reduzindo-se 727,2M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a redução do défice do Estado, em 1.305,9M€, e a melhoria do saldo da Administração Local, em 191,8M€. Em

contrapartida, a diminuição do excedente da Segurança Social e dos FSA, em 559,4M€ e 158,4M€, respetivamente, e o agravamento do saldo da Administração Regional, em 52,7M€, compensaram parcialmente a diminuição do défice dos outros subsectores. O défice das EPR foi de 501,3M€, menos 15,2M€ do que o registado até agosto de 2012.

- * Nos primeiros três trimestres do ano, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS aponta para um excedente de 1.192,4M€, o que compara com um défice de 195,3M€ registado no período homólogo. Excluindo, em 2012, a transferência da verba contemplada no orçamento retificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores, o défice do SNS agrava-se em 112,3M€.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de bens de 9,6% nos primeiros oito meses de 2012. Neste mesmo período, as importações de bens decresceram 4,3%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 39%, correspondendo a 4.333 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 81,7%, mais 10,4 p.p. que em igual período de 2011.
- * Nos primeiros oito meses de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (6,9%). As importações decresceram a uma taxa superior à registada pelas importações totais (-8,4%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 71,8%.
- * No *último ano a terminar em agosto de 2012*, as exportações de mercadorias cresceram 10,6% em termos homólogos, sendo que todos os grupos contribuíram positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+3,3 p.p.), dos “Minérios e Metais” (+2,0 p.p.) e das “Máquinas” (+1,8 p.p.). Nos primeiros oito meses de 2012, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+3,1 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+2,0 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,8 p.p.).
- * De janeiro a agosto de 2012, **as exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 3,8% e contribuíram em 2,8 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 3,3% e as exportações para os países do Alargamento 16,6%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,3 p.p. e 0,5 p.p.. Apesar da perda de importância relativa no total das exportações de mercadorias (de 25,4% para 22,2% no período de janeiro a agosto de 2011 e 2012, respetivamente) Espanha permanece o principal mercado de destino das exportações de mercadorias. As exportações para França (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15, seguidas das exportações para o Reino Unido e a Bélgica (ambos com +0,5 p.p.).
- * Nos primeiros oito meses de 2012, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 27%, relativamente a igual período em 2011, passando a representar 29% do total das exportações nacionais (+4, p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+164,4%), Angola (+39,7%) e EUA (+36,8%).
- * De janeiro a agosto de 2012, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 10% face a igual período de 2011. As exportações de produ-

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de agosto de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

tos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+8,4 p.p.).

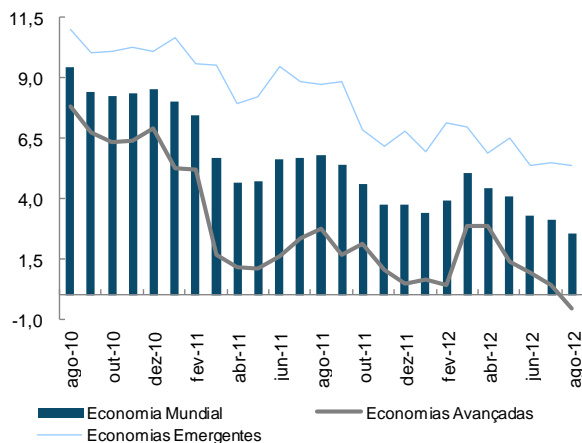
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de julho de 2012, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,5% nos seis primeiros meses de 2012. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (8,6% e 1,4%, respetivamente). A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+6,1 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em agosto de 2012, a produção industrial mundial desacelerou para 2,6% em termos homólogos (3,1% em julho) devido sobretudo à deterioração das economias avançadas (especialmente do Japão e da União Europeia), a qual apresentou uma taxa de variação negativa, facto que não ocorria desde dezembro de 2009.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



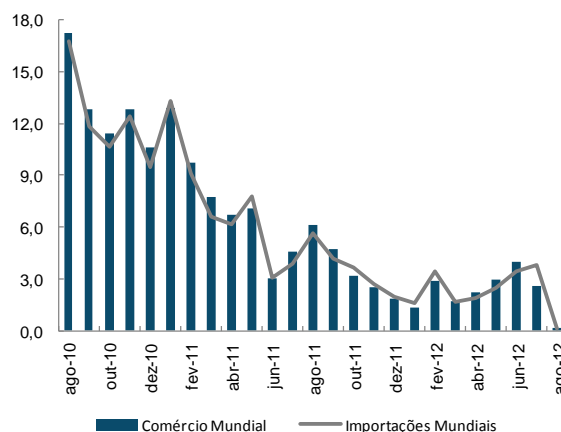
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também abrandou neste mês, abrangendo tanto as importações como as exportações mundiais, apesar da desaceleração ter sido mais acentuada para o primeiro caso.

De facto, em agosto de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 0,2% (2,6% em julho);
- as importações e as exportações mundiais apresentaram um crescimento marginalmente positivo, tendo aumentado ambas para 0,2% (3,8% e 1,5%, respetivamente, em julho).

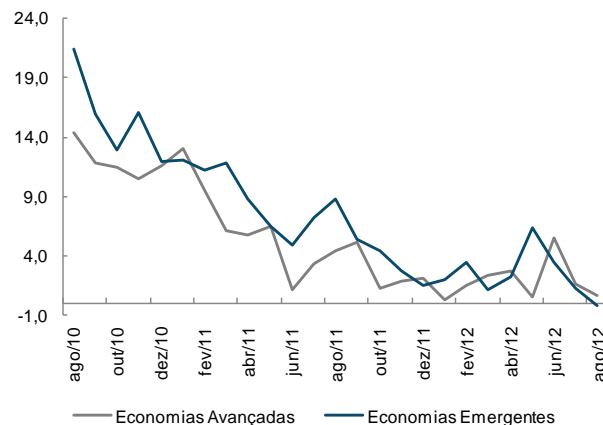
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A desaceleração das importações e das exportações mundiais atingiu globalmente tanto as economias avançadas como os países emergentes e em desenvolvimento. Mas, o abrandamento das trocas comerciais foi mais intenso nos países emergentes do que nas economias avançadas, o qual foi influenciado por um crescimento mundial mais fraco e por uma procura interna mais contida.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

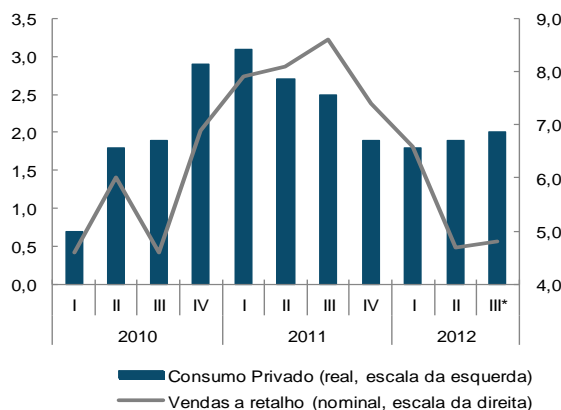
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	5,4	5,0	5,6	4,0	4,1	4,0	4,1	3,3	3,1	2,6
Economias Avançadas	VH	CPB	2,2	1,3	2,3	1,2	1,3	1,7	1,4	0,9	0,4	-0,5
Economias Emergentes	VH	CPB	8,4	8,5	8,8	6,6	6,7	5,9	6,5	5,4	5,5	5,3
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	5,8	5,6	5,1	2,5	2,0	3,0	2,9	4,0	2,6	0,2
Importações Mundiais	VH	CPB	5,6	5,7	4,6	2,8	2,2	2,6	2,5	3,4	3,8	0,2
Economias Avançadas	VH	CPB	3,4	3,0	2,1	0,8	0,6	0,7	-1,1	2,4	0,8	-0,5
Economias Emergentes	VH	CPB	8,1	8,7	7,4	5,1	4,1	4,7	6,5	4,5	7,2	0,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	5,9	5,5	5,7	2,3	1,8	3,5	3,4	4,5	1,5	0,2
Economias Avançadas	VH	CPB	4,9	4,4	4,3	1,8	1,4	2,9	0,5	5,5	1,7	0,6
Economias Emergentes	VH	CPB	7,0	6,7	7,1	2,8	2,2	4,0	6,3	3,4	1,3	-0,2

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores referentes ao 3.º trimestre de 2012 sugerem uma expansão económica moderada nos EUA, a continuação de um crescimento menos robusto da China e um enfraquecimento da atividade industrial do Japão. Neste período, a taxa de inflação da generalidade das economias avançadas manteve-se baixa e a das economias emergentes continuou a diminuir.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



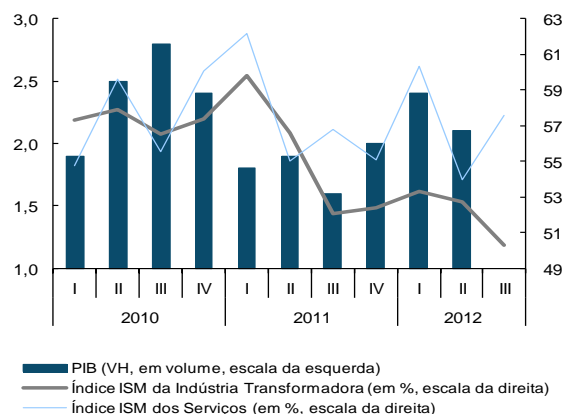
Fonte: Bureau of Economic Analysis. * P/Consumo privado, média dos meses de julho e agosto.

Nos **EUA**, os dados disponíveis para o 3.º trimestre de 2012 indicam a manutenção de uma atividade económica relativamente moderada. A produção industrial e as exportações abrandaram; enquanto a atividade dos serviços e o consumo privado reforçaram o seu crescimento. Com efeito, neste trimestre e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 3,2% (4,8% no 2.º trimestre de 2012) e o indicador de confiança dos empresários da indústria diminuiu contrariamente ao dos serviços;
- as vendas a retalho aumentaram 4,8% em termos nominais (4,7% no 2.º trimestre de 2012);
- a taxa de desemprego desceu para 8,1% e a taxa de inflação diminuiu para 1,7% (1,9% no 2.º trimestre de 2012).

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2012 e em comparação homóloga, o consumo privado melhorou para 2% em termos reais e as exportações desaceleraram para 2,2% em termos nominais (5,2% no 2.º trimestre).

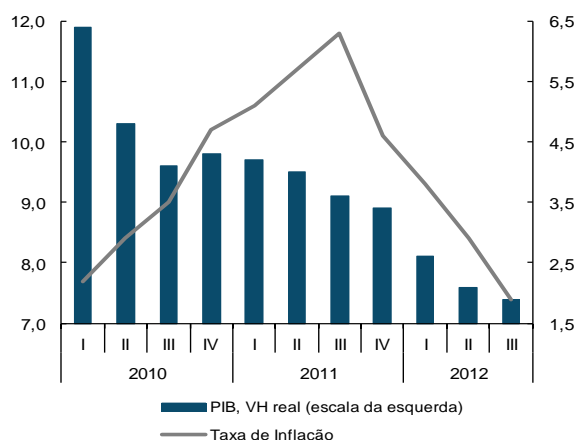
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 3.º trimestre de 2012, o crescimento do PIB da **China** abrandou para 7,4% (7,6% no 2.º trimestre). Para esta evolução contribuiu sobretudo um crescimento menos forte das exportações, associado ao abrandamento da economia mundial, especialmente da área do euro. A taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,9% no 3.º trimestre de 2012 (2,9% no 2.º trimestre).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

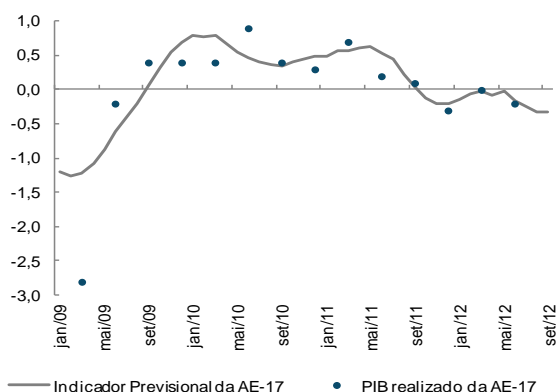
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	
EUA – PIB real	VH	BEA	1,8	1,6	2,0	2,4	2,1	:	-	-	-	-	
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,1	3,3	4,1	4,5	4,8	3,2	4,7	4,3	2,6	2,8	
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,2	52,1	52,4	53,3	52,7	50,3	49,7	49,8	49,6	51,5	
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,3	56,8	55,1	60,3	54,0	57,6	51,7	57,2	55,6	59,9	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	59,6	65,0	75,5	76,3	75,0	73,2	72,3	74,3	78,3	
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,1	8,7	8,3	8,2	8,1	8,2	8,3	8,1	7,8	
China – PIB real	VH	NBSC	9,3	9,1	8,9	8,1	7,6	7,4	-	-	-	-	
Exportações	VH	MC	20,3	20,7	14,4	8,9	10,5	4,5	11,3	1,0	2,7	9,9	
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,8	-0,7	-0,6	2,8	3,3	:	-	-	-	-	

Atividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da descida de todos os indicadores de confiança, a qual foi mais pronunciada para os empresários dos serviços e da indústria. Consoante o indicador previsionar do Banco de Itália, o PIB em cadeia da AE melhorou ligeiramente em setembro, continuando, porém, a prever o prosseguimento de uma variação negativa para o 3.º trimestre (-0,2% no 2.º trimestre).

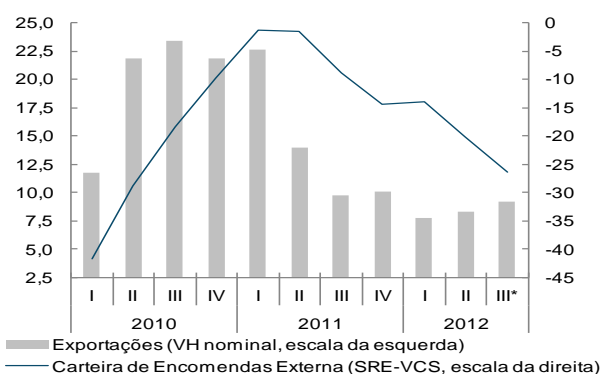
Figura 1.7. Indicador mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2012, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam a manutenção de uma fraca atividade económica, com destaque para a quebra da produção industrial e das vendas a retalho e o reforço do crescimento das exportações.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média dos meses de julho e agosto.

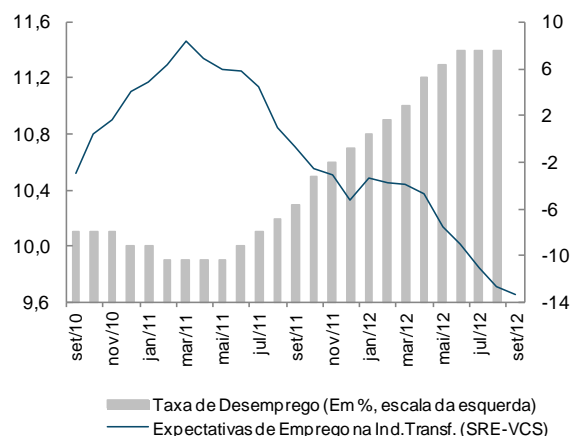
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	1,4	0,8	0,1	-0,3	:	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	97,5	92,6	93,3	91,3	87,4	90,4	89,0	87,0	86,1	
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,4	1,3	0,6	0,0	-0,4	:	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	98,4	93,6	94,1	91,1	86,3	89,9	87,9	86,1	85,0	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,5	3,7	-0,2	-1,6	-2,2	:	-1,7	-2,4	-2,3	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,5	-0,7	-1,5	-1,2	-1,4	:	-1,1	-1,2	-1,1	:	
Taxa de Desemprego	%	"	10,2	10,2	10,6	10,9	11,3	:	11,4	11,4	11,4	:	
IHPC	VH	"	2,7	2,7	2,9	2,7	2,5	2,5	2,4	2,4	2,6	2,6	

Em agosto de 2012, a taxa de desemprego estabilizou tanto na UE como na AE em 10,5% e 11,4%, respetivamente.

Em setembro de 2012, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os setores da indústria transformadora, dos serviços e do comércio a retalho; enquanto melhoraram para a construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



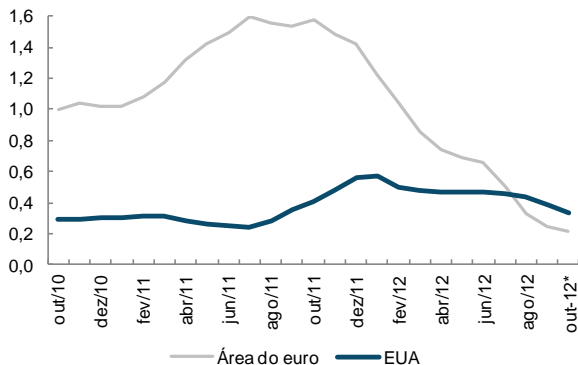
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em setembro de 2012, a taxa de inflação da área do euro manteve-se em 2,6% em termos homólogos e em 2,7% em termos de variação dos últimos 12 meses. Esta evolução resultou da desaceleração do preço dos bens alimentares, compensada pelo aumento da taxa de variação do preço dos bens industriais.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em outubro de 2012 e até ao dia 25, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, embora a descida tenha sido mais acentuada para os EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,21% (0,25%, em setembro) e a dos EUA em 0,33% (0,39% em setembro).

Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 25.

Em setembro de 2012, as taxas de juro de longo prazo diminuíram na área do euro; enquanto aumentaram ligeiramente nos EUA. Neste mês, assistiu-se a uma diminuição das tensões financeiras dentro da área do euro refletindo, em parte, o impacto das decisões do BCE quanto à sua futura atuação nos mercados secundários de obrigações soberanas e a ratificação definitiva do Mecanismo Europeu de Estabilidade pela Alemanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para outubro, o valor é do dia 25.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

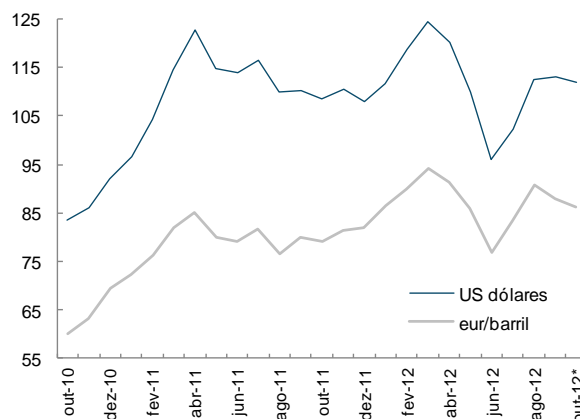
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,55	1,36	0,78	0,66	0,22	0,66	0,39	0,28	0,22	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,79	2,43	2,05	2,04	1,82	1,64	1,62	1,53	1,68	1,72	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	4,30	4,53	4,39	4,27	3,99	4,30	4,16	4,03	3,79	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,350	1,294	1,336	1,259	1,293	1,26	1,23	1,26	1,29	
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	-12,1	12,0	8,1	-2,5	4,3	3,9	1,0	0,6	2,6	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	-23,5	6,3	6,9	-8,6	8,4	6,9	2,7	4,9	0,6	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	112,18	108,94	118,21	108,78	109,31	96,10	102,33	112,42	113,16	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	45,9	24,9	12,4	-7,1	-2,6	-15,5	-12,2	2,3	2,7	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	33,4	25,8	17,3	4,2	10,0	-2,97	1,97	18,56	10,01	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,7	78,3	81,2	87,8	87,8	84,6	81,6	78,0	88,6	87,3	

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

Em outubro e, até dia 25, a taxa de câmbio do euro face ao dólar continuou a apreciar-se, tendo atingido no dia 17 (1,31) o valor mais elevado desde o início do mês de maio.

Em setembro de 2012, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 87,3 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em outubro de 2012, e até dia 25, o preço do petróleo Brent desceu ligeiramente para se situar, em média, em 112 USD/bbl (86 €/bbl), sendo, em parte, o resultado do aumento da oferta de petróleo da Arábia Saudita no sentido de compensar a quebra da produção do Irão.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 25.

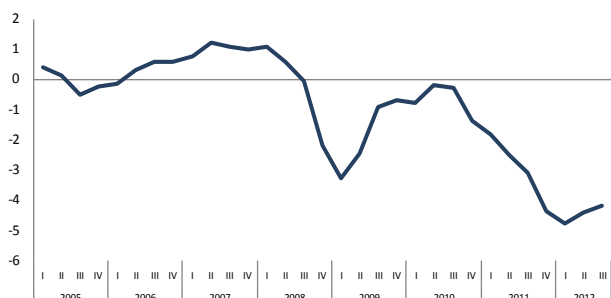
No 3.º trimestre de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo diminuído 10,4% em termos homólogos (-14,6% no 2.º trimestre). Para esta evolução contribuiu sobretudo a subida dos preços dos produtos alimentares, os quais aumentaram 2,8% em termos homólogos, invertendo a tendência de quebra registada desde o 4.º trimestre de 2011.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 3.º trimestre de 2012, o indicador de clima económico recuperou ligeiramente, mantendo a tendência iniciada no início do ano.

Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



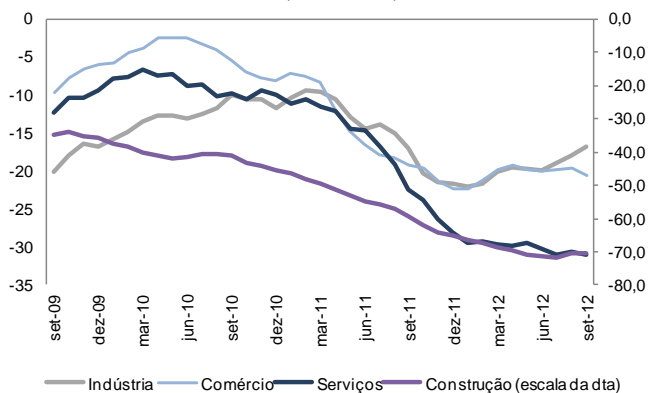
— Clima Económico

* disponível até maio

Fonte: INE.

Os indicadores de confiança da indústria transformadora e da construção registaram melhorias no 3.º trimestre, enquanto se observou uma deterioração deste indicador nos serviços e no comércio face aos valores do trimestre anterior.

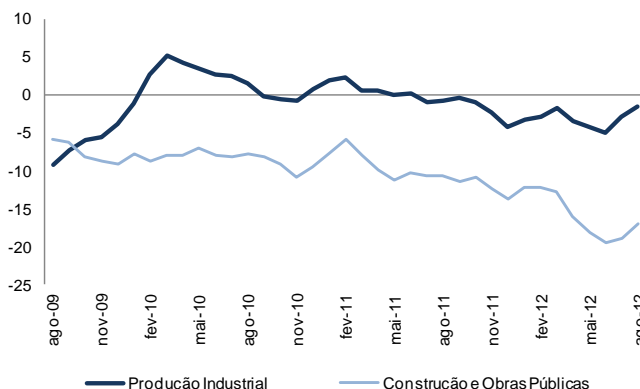
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



— Indústria — Comércio — Serviços — Construção (escala da dta)

Fonte: INE.

Figura 2.3. Índice de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em agosto mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 1,6%, e o índice de volume de negócios desceu 3,1% (-4,9% e -4,2% respetivamente no 2.º trimestre);
- o Índice de Produção na Construção registou uma variação de -17,1%, +2,3 p.p. face ao valor observado no 2.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços registou uma variação -11,5%, -2,3 p.p. face ao valor observado no 2.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou variação de -5,5%, +0,2 p.p. face ao observado no último trimestre.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

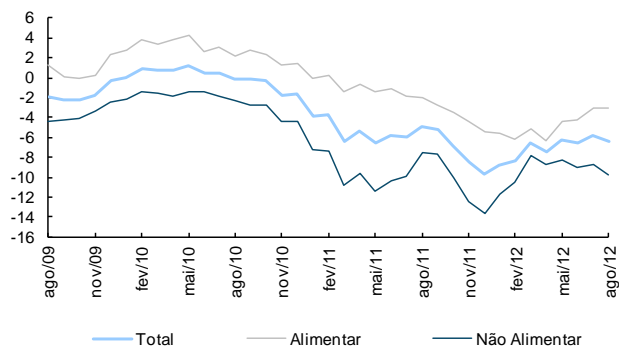
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012				2012			
				4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,7	-3,0	-2,3	-3,3	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,7	-4,4	-4,8	-4,4	-4,2	-4,4	-4,4	-4,0	-4,2
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,7	-21,6	-20,2	-19,9	-19,6	-19,3	-20,0	-17,3	-21,6
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-16,6	-22,4	-19,9	-19,9	-20,5	-19,3	-18,9	-20,5	-22,2
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-19,2	-28,1	-29,6	-30,3	-31,0	-32,8	-32,0	-27,1	-33,9
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-57,2	-65,3	-68,8	-71,5	-70,5	-71,2	-71,6	-68,1	-71,8
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,9	-4,2	-1,7	-4,9	:	-4,1	0,4	-1,2	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	5,7	0,0	0,5	-4,2	:	-3,2	-3,9	-1,9	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-7,2	-12,3	-9,2	-10,5	:	-10,0	-10,1	-9,5	:

Consumo Privado

O índice do volume de negócios no comércio a retalho registou, no trimestre terminado em agosto, uma diminuição homóloga de 6,4%, um agravamento de 0,6 p.p. face ao mês anterior.

Esta evolução decorre de uma deterioração de 1 p.p. na categoria dos bens não alimentares, que se reduziu 9,7% em termos homólogos, enquanto nos bens alimentares se registou uma quebra 3,1%, o mesmo valor do mês anterior.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

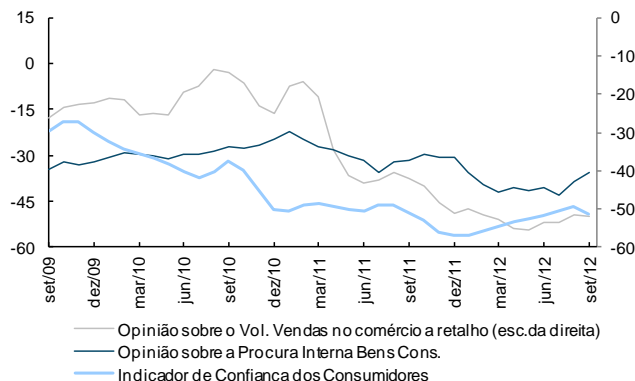


Fonte: INE.

No mês de setembro registou-se uma quebra na confiança dos empresários no comércio a retalho, evolução esta que, considerando a média móvel dos últimos 3 meses, resultou na inversão da tendência de melhoria que se vinha a observar nos últimos 3 trimestres. O sentimento dos empresários relativos à procura interna dos bens de consumo produzidos pela indústria registou uma melhoria.

O indicador de confiança dos consumidores apresentou uma quebra acentuada.

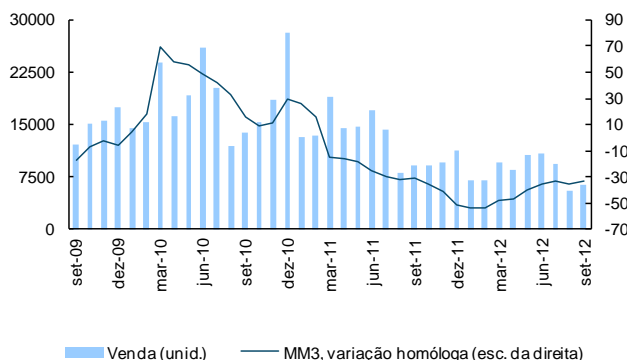
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em setembro de 2012 o mercado automóvel registou uma queda face ao período homólogo de 30,9% (+2,1 p.p. que o mês de agosto). Em termos absolutos, esta quebra representou a comercialização de aproximadamente 6 358 veículos face aos 5 442 veículos comercializados em agosto (+16,8%).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012			2012				
				T3	T4	T1	T2	T3	mai	jun	jul	ago	set
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-4,0	-3,5	-6,6	-5,6	-5,9	-	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52	-51	-57	-54	-52	-51	-52	-49	-50	-49	-56
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-34	-38	-49	-51	-52	-50	-55	-49	-51	-49	-49
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,8	-5,3	-9,7	-6,5	-6,6	-	-4,4	-5,4	-7,7	-6,1	-
Bens Alimentares	VH	"	-2,7	-2,8	-5,5	-5,2	-4,2	-	-1,6	-2,8	-4,8	-1,5	-
Bens não alimentares	VH	"	-10,5	-7,6	-13,7	-7,9	-9,0	-	-7,4	-7,9	-10,6	-10,5	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-31,3	-31,5	-51,7	-48,4	-35,5	-33,4	-27,5	-37,0	-35,1	-33,1	-30,9
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-2,1	-0,8	-6,5	-5,1	-3,6	-	-2,4	-0,2	-2,2	-2,8	-

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Mono volumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 3.º trimestre de 2012, mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra homóloga de 55,5% (+2,0 p.p. comparando com o 2.º trimestre);

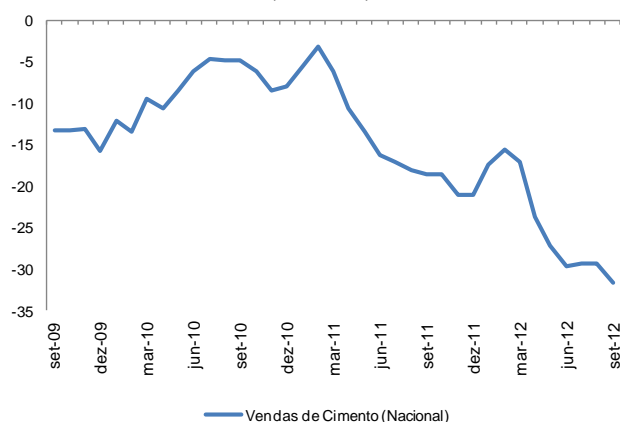
Figura 2.7. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

- as vendas de cimento diminuirão 31,5%, em termos homólogos (-1,9 p.p. comparando com os valores verificados no 2.º trimestre);

Figura 2.8. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



— Vendas de Cimento (Nacional)

Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012			
				4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,9	-23,9	-12,8	-18,7	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-11,3	-16,7	-12,4	-16,4	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-9,0	-14,6	-14,0	-18,1	:	-18,1	-17,3	-17,0	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11,1	-21,1	-17,1	-29,7	-31,5	-29,8	-28,1	-30,3	-36,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-20,9	-52,5	-57,4	-55,5	-53,4	-54,8	-58,1	-54,1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-17,3	-48,4	-44,8	-50,2	-10,2	-42,5	-10,9	-33,5	13,1
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-42,0	-56,6	-47,2	-45,3	-40,1	-37,4	-37,2	-39,0	-44,0
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-31,1	-30,6	-31,1	-35,2	:	-43,8	-31,4	-26,6	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-9,5	-18,9	-5,8	-7,4	:	2,2	-9,5	-11,5	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-7,0	-13,5	-16,2	-20,4	:	-22,2	-27,5	-28,8	:

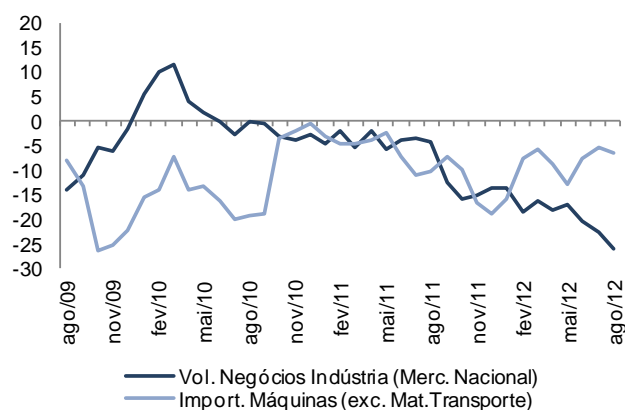
* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso melhorou face ao 2.º trimestre.

No trimestre terminado em agosto, em termos homólogos:

- as licenças de construção de fogos desceram 34,2% (+1 p.p. face ao valor do 2.º trimestre).;
- o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional agravou-se 5,6 p.p. face ao 2.º trimestre;
- as importações de bens de capital, exceto material de transporte desceram 1.1 p.p. face ao último trimestre.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



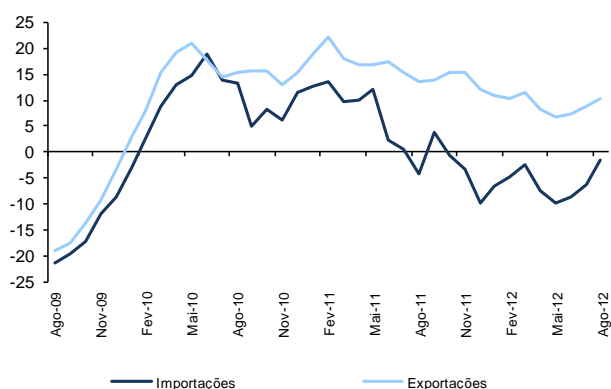
Fonte: INE.

Contas Externas

De acordo com os dados divulgados pelo INE, no trimestre terminado em agosto, e em termos homólogos:

- as exportações de bens subiram 3,1 p.p. face ao 2.º trimestre, tendo registado um crescimento de 10,4%. A componente extracomunitária aumentou 25,4%, 5,8 p.p. acima dos valores registados no 2.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário subiram 1,8 p.p., face ao 2.º trimestre;
- as importações de bens registaram uma quebra de 1,5% (-8,5% no 2.º trimestre). A componente intracomunitária das importações desceu 3,8%, sendo que o mercado extracomunitário diminuiu 4,5% (-7,9% e -10,1% no 2.º trimestre respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

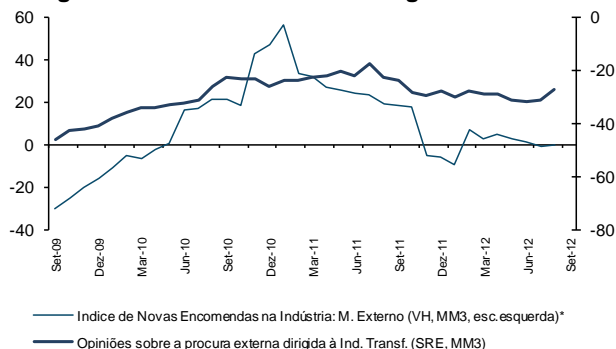


Fonte: INE.

As novas encomendas à indústria do mercado externo desceram 0,4%, em termos homólogos no trimestre terminado em agosto (-2,1 p.p. face ao 2.º trimestre).

As opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura externa melhoraram no 3.º trimestre, face ao trimestre anterior.

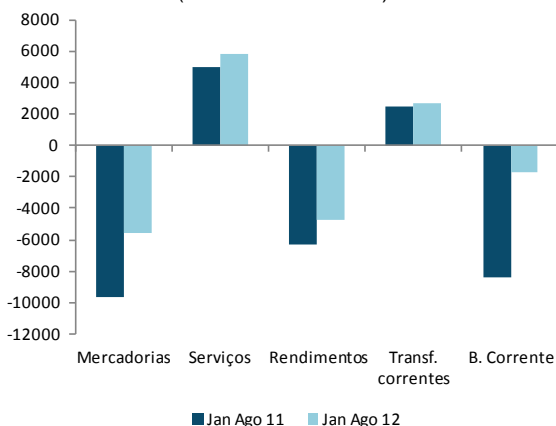
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até julho de 2012, o défice acumulado da balança corrente foi de 1.733 M€, o que representa uma redução de 6.702 M€ em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, com destaque para a diminuição de 4.159 M€ no défice da balança de mercadorias, um aumento de 792 M€ no excedente da balança de serviços, e ainda para uma melhoria no saldo da balança de rendimentos de 1.490 M€.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

O défice conjunto das balanças corrente e de capital reduziu-se em 8.072 M€, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo da economia face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011			2012		2012			
					2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	7,5	8,8	6,7	6,3	7,9	4,3	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	-5,3	-4,3	-2,8	-12,8	-3,8	-8,1	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	3,9	4,8	3,7	1,2	1,9	0,2	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,3	-5,0	-8,0	-5,3	0,4	-3,5	-0,2	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,1	17,3	13,7	12,0	11,5	7,3	8,4	10,3	7,9	13,7
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	12	2,4	3,9	-9,7	-2,4	-8,5	-9,0	-3,3	-5,8	5,5

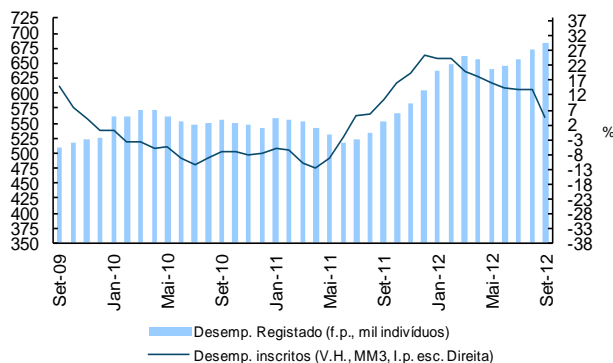
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011		2012		Var. Acumulada
					Ago	Jan Ago 11	Ago	Jan Ago 12	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15 284	-8 976	303	-7 321	1030	751	8 072
Saldo Balança de Bens	"	"	-13 195	-13 340	-1 185	-9 689	-990	-5 530	4 159
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 712	7 745	1210	5 053	1321	5 845	792
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 939	-8 496	-531	-6 260	-565	-4 770	1490
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 198	2 993	473	2 462	481	2 723	261

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP, no final de setembro de 2012, estavam registados 684 mil desempregados nos centros de emprego, o que representa um aumento de 1,5% face ao mês de agosto e de 23,4% face ao mesmo período do ano anterior.

Figura 2.13. Desemprego (%)

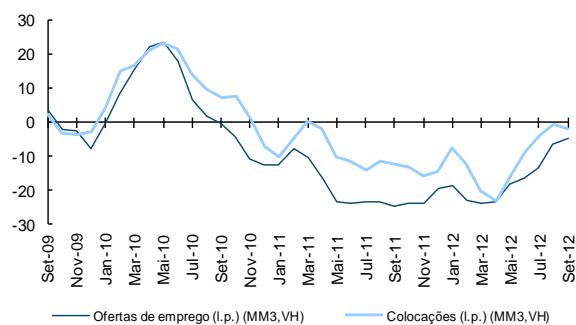


Fonte: IEFP.

Em termos absolutos, existem em setembro mais 10 136 desempregados do que em agosto e mais 129 471 desempregados do que em setembro do ano anterior.

O número de ofertas de emprego recebidas no decurso do mês de setembro sofreu uma quebra homóloga de 3,5% (face aos -0,1% de agosto). Em termos absolutos, o número de ofertas de emprego existentes no final de setembro foi de 9 236 (mais 550 ofertas que o mês de agosto).

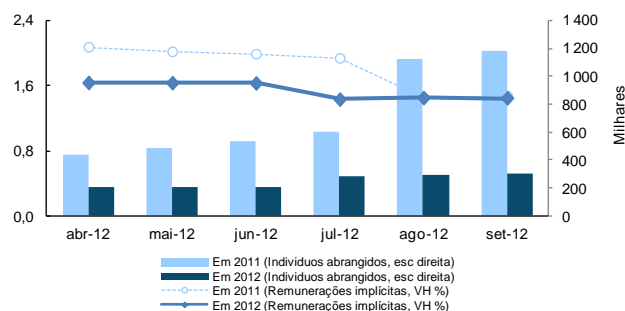
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

As colocações registadas ao longo de setembro atingiram cerca de 6 201, o que representa uma variação de -6,4% face ao mês homólogo de 2011.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por IRCT em setembro ascendeu aos 300,2 mil trabalhadores (menos 886,1 mil trabalhadores do que em setembro de 2011). Ao comparar este valor com o mês anterior, isto significa aproximadamente mais 4,5 mil trabalhadores abrangidos do que em agosto. A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) observada em setembro manteve-se nos 1,4% (à semelhança do que tinha acontecido no mês anterior).

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

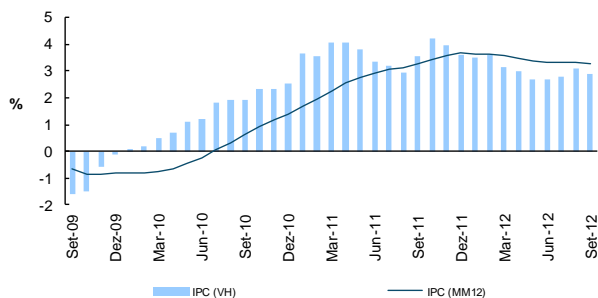
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012		2012				
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Taxa de desemprego	%	INE	12,7	12,1	12,4	14,0	14,9	15,0	:	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	*	-2,8	-2,0	-2,2	-4,3	-4,2	-4,2	:	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	11,7	-6,0	-0,3	11,7	19,8	24,5	23,4	20,8	24,5	25,0	26,3	23,4
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	*	5,3	-2,2	10,7	25,3	19,8	14,7	4,3	12,6	16,4	13,0	12,4	-7,1
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	*	-20,1	0,0	0,0	0,0	-23,6	-16,4	-4,8	-20,1	-8,8	-10,2	-0,1	-3,5
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,5	2,0	1,5	1,5	1,6	1,6	1,4	1,6	1,6	1,4	1,4	1,4
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-0,3	-0,8	0,8	-1,7	1,5	5,0	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,7	0,0	0,0	0,0	1,7	1,9	:	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 2,9% em setembro de 2012 (-0,2 p.p. face ao verificado no mês de agosto). Em termos mensais, o IPC apresentou uma variação de 0,6%. Por seu lado, o IPC medido pela média móvel dos últimos 12 meses, registou uma variação de 3,3%, valor que se mantém desde o mês de junho.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

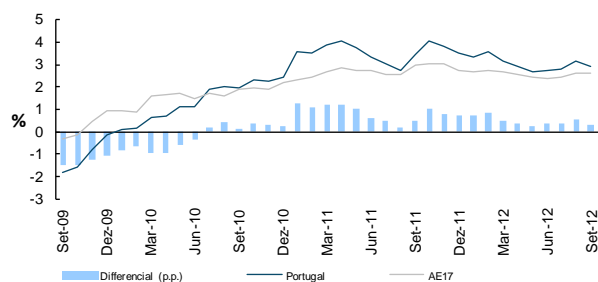
Entre as contribuições positivas para a taxa de variação homóloga do IPC de setembro, destaca-se a classe da habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis com uma contribuição de 1,24 p.p. e, com menor expressão os transportes com uma contribuição de apenas 0,67 p.p..

O preço dos bens e dos serviços apresentaram em setembro crescimentos homólogos de 3,1% e 3% respetivamente.

No que se refere à inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos), esta situou-se nos 1,1%, -0,3 p.p. face ao valor do mês anterior. O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se este mês nos 1,8 p.p..

No mês de setembro de 2012, a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal foi de 2,9%, -0,3 p.p. face ao mês anterior. Por seu lado, de acordo com o Eurostat a variação homóloga do IHPC da zona euro aumentou para os 2,6%. Assim, o diferencial do IHPC entre Portugal e a zona euro situou-se nos 0,3 p.p. (-0,2 p.p. que no mês anterior).

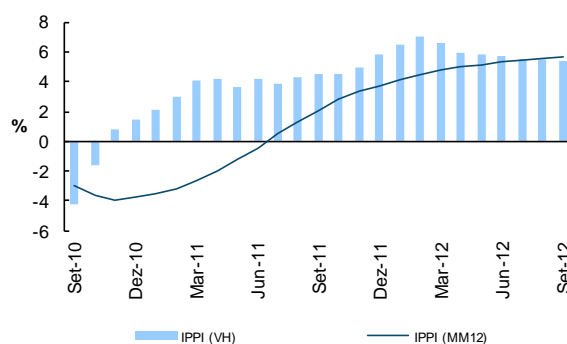
Figura 2.17. Taxa de variação do IHPC
(VH, %)



Fontes: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em setembro uma variação homóloga de 4,6% (+0,4 p.p. que o mês anterior). A variação mensal situou-se em 0,6% (1,2% no mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE

Para a evolução observada em setembro destacam-se fundamentalmente os contributos dos agrupamentos industriais das indústrias transformadoras e da energia, com crescimentos de 2,9% e 11,5% respetivamente. Analisando por secções, as maiores subidas verificaram-se na Captação, Tratamento e Distribuição de Água com 4,6%; e de 13,2% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

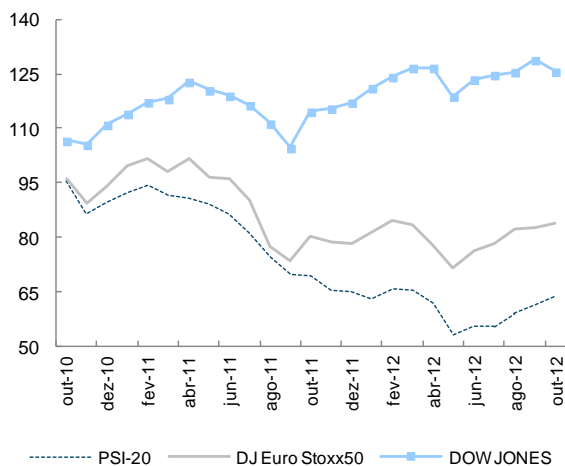
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012											
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set			
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,5	0,1	1,2	0,3	-0,4	-0,2	0,0	-0,1	0,6			
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	3,5	3,6	3,1	3,0	2,7	2,7	2,8	3,1	2,9			
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,7	3,6	3,7	3,6	3,5	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3			
IPC - Bens	VH	"	4,3	3,9	3,7	3,2	3,0	2,4	2,4	2,5	3,6	3,1			
IPC - Serviços	"	"	2,5	2,8	3,4	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	2,7	3,0			
IPC Subjacente*	"	"	2,3	2,1	2,2	1,9	1,7	1,6	1,5	1,3	1,4	1,1			
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5,8	4,6	4,2	3,7	3,6	3,2	2,7	3,0	4,2	4,6			
IHPC	"	"	3,5	3,4	3,6	3,1	2,9	2,7	2,7	2,8	3,2	2,9			
Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,7	0,7	0,8	0,5	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,3			

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No período mais recente, assistiu-se à continuação de uma evolução favorável do índice bolsista na área do euro; enquanto o dos EUA interrompeu a tendência ascendente registada desde junho de 2012. A melhoria dos mercados financeiros na área do euro foi, em parte, impulsionada pela clarificação das decisões do BCE sobre a realização de Transações Monetárias Definitivas (TMD). Assim, em outubro de 2012 e, até ao dia 25, face ao final do mês de setembro, o índice *Euro Stoxx50* subiu 2%; enquanto o *Dow Jones* apresentou uma ligeira diminuição.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

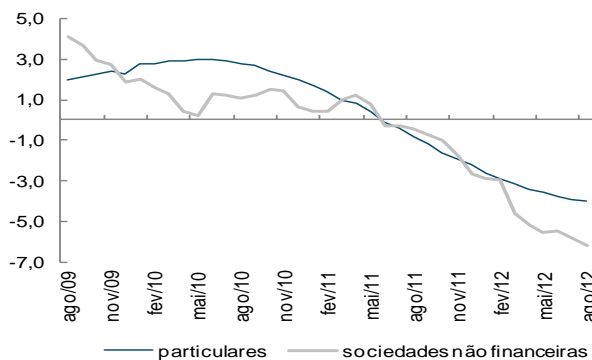


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para outubro o valor é do dia 25.

À semelhança da tendência verificada na evolução do índice bolsista da área do euro, o PSI-20 também recuperou, mas de forma mais acentuada nos últimos meses. De facto, em outubro e, até ao dia 25, o índice PSI-20 subiu 3% face ao final do mês de setembro.

Em agosto de 2012, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -5% (-4,7% em julho), abrangendo tanto o crédito atribuído às empresas não financeiras como às famílias, embora mais acentuada para o primeiro caso.

Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

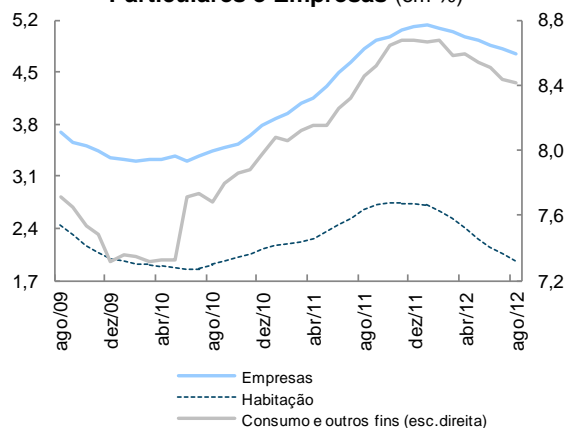


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos desaceleraram para todos os segmentos, tendo, no entanto, esta tendência sido mais pronunciada para o crédito ao consumo, o qual apresentou uma variação negativa de 9,2% em agosto de 2012 (-3,7% em agosto de 2011).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou, em 1,97% em agosto (-69 p.b. face a agosto de 2011).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

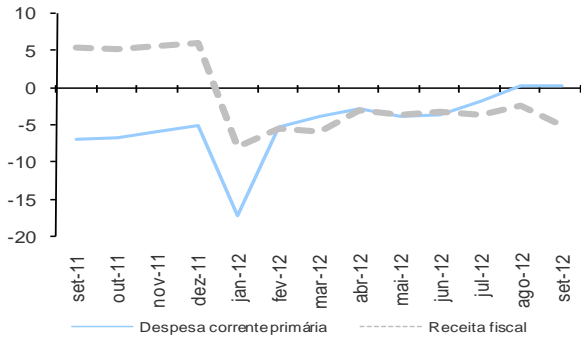
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012								
				jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	14,3	13,3	11,3	10,4	11,7	9,9	11,0	9,3	8,8
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	1111	1251	1154	955	874	1033	840	958	786	735
PSI 20*	VC	CMVM	-27,6	-3,1	4,8	-0,5	-5,7	-13,8	4,1	-0,2	6,6	4,1
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,6	-1,9	-2,2	-2,4	-2,7	-2,9	-3,0	-3,1	-3,2	:
- para consumo	va**	"	-5,8	-7,0	-7,4	-7,4	-8,2	-8,6	-9,0	-9,1	-9,2	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,7	-2,9	-3,0	-4,6	-5,2	-5,5	-5,5	-5,8	-6,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	2,73	2,71	2,63	2,53	2,39	2,27	2,16	2,06	1,97	:
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	5,12	5,14	5,08	5,04	4,97	4,92	4,86	4,81	4,73	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até setembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 5.153,3M€, o que representa uma melhoria de 1.305,9M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 155,6M€, melhorando 2.139,0M€ face ao ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



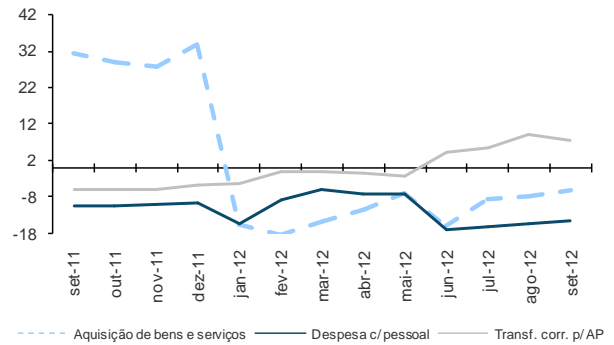
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 4,9%, justificada, essencialmente, pelo decréscimo do IRC (-20,7%), do IVA (-2,5%), do imposto sobre veículos (-45,1%), do imposto sobre produtos petrolíferos (-7,6%), do imposto sobre o tabaco (-8,8%) e do imposto de selo (-8,2%). Em sentido contrário, os outros impostos diretos, justificado pelo RERT III, o IRS e o imposto único de circulação registaram aumentos de 467,4%, de 2,6% e 11,4%, respetivamente. A receita não fiscal registou um crescimento de 105,0%, refletindo a transferência da segunda parcela referente à titularidade dos ativos dos fundos de pensões dos bancários, a receita proveniente do leilão de frequências 4G, os juros recebidos de empréstimos concedidos a empresas públicas e as receitas por prémios e taxas por garantias de risco relativas a comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição dos dividendos e participação nos lucros e das transferências correntes das administrações públicas; e
- um aumento da despesa total em 1,4%, enquanto a despesa primária diminuiu 1,1%. Com efeito, no aumento da despesa é de referir, essencialmente, a transferência para o SNS para regularização de dívidas de anos anteriores, no valor de 1.500M€, o comportamento dos juros e outros encargos da dívida (18,3%), e, ainda, o pa-

gamento de indemnizações compensatórias, que, em 2011, foram pagas no final do ano. Com efeito na diminuição da despesa, salienta-se a redução da despesa com pessoal, justificada em larga medida pela suspensão de pagamento do subsídio de férias, e das transferências de capital devido ao efeito base de 2011 associado à regularização de responsabilidades financeiras a concessionárias de infraestruturas rodoviárias.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de setembro, a dívida direta do Estado situava-se em 189,7 mil M€, aumentando 1.706,6M€ face ao mês anterior. Esta evolução ficou a dever-se, essencialmente, ao aumento do saldo de BT, em 2.313,6M€. O aumento do saldo foi parcialmente compensado pela amortização líquida de CEDIC, em 202,2M€, de outros instrumentos de dívida não transacionável, em 55,4M€, de CA e CT, no total de 42,4M€, de ECP, em 24,4M€, e pela amortização parcial antecipada da OT 5,45% Set2013, em 7,0M€. As variações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 275,5M€.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida
(M€)

	31-ago-12	set-12			30-set-12
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	
Transacionável	111 442	2 314	32	- 32	113 692
Bilhetes do Tesouro	14 518	2 314	0	0	16 832
Obrigações do Tesouro	93 633	0	7	0	93 626
Não Transacionável	17 113	3 006	3 304	0	16 815
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 183	52	94	0	11 141
CEDIC e CEDIM	5 298	2 945	3 145	0	5 098
Prog. de Ajustamento Económico	59 467	0	0	- 243	59 224
Total	188 022	5 320	3 336	- 275	189 731

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2011		2012		2012			
	jan a set		jan a set		jun	jul	ago	set
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)					
Receita Total	27897	29794	71,9	70,9	13,2	11,4	10,6	6,4
Receita corrente	27607	26547	73,6	68,6	-2,2	-2,8	-1,8	-4,2
Impostos diretos	10375	9966	75,3	69,0	0,4	-1,6	2,1	-4,3
Impostos indiretos	14658	13910	74,3	67,2	-5,2	-4,7	-5,3	-5,4
Despesa Total	34458	34947	70,8	72,3	-2,2	-0,7	1,1	1,4
Despesa corrente primária	28049	28150	71,6	73,5	-3,5	-1,6	0,3	0,4
Despesa corrente	32214	33148	70,9	72,6	-0,3	0,8	2,6	2,9
Despesa com pessoal	7335	6269	74,6	71,1	-16,9	-16,1	-15,6	-14,5
Aquisição bens e serviços	1080	1014	55,2	53,6	-16,0	-8,8	-7,8	-6,1
Subsídios	149	153	24,1	50,2	-71,8	0,9	-10,5	2,4
Juros	4165	4998	66,1	68,2	19,9	16,9	18,3	20,0
Transferências corr. p/ AP	17168	18485	75,1	76,7	4,2	5,2	9,1	7,7
Saldo Global	-6562	-5153	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-2397	-156	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até setembro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 996,0M€, o que representa uma diminuição de 158,4M€ face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um aumento da receita em 0,6%, explicado principalmente pelo acréscimo da transferência para o SNS, em resultado da transferência, de 1.500M€, destinada à regularização de dívidas, e das outras receitas correntes, explicada, em parte, pelos juros relativos a títulos de dívida pública detidos pelo FRDP e pela CGA. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das transferências de capital, justificada pelo efeito base, em 2011, da incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA e da receita das contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE, devido à suspensão do pagamento do subsídio de férias, e da transferência da responsabilidade dos encargos com pensões dos hospitais para a Secretaria-geral do Ministério da Saúde; e
- um crescimento da despesa em 1,6%, explicada pela aquisição de bens e serviços pelo SNS, justificado pela regularização extraordinária de dívidas de anos anteriores, e pelas outras despesas correntes. Em sentido oposto, é de referir a diminuição da despesa com pessoal e das outras transferências correntes, na sequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores públicos e aos pensionistas da CGA, e, ainda, das outras transferências de capital justificado pelo impacto em 2011 da cessação de créditos realizada pela CGA e pela diminuição de encargos com organizações internacionais da Fundação da Ciência e Tecnologia, I.P.

Empresas Públicas Reclassificadas

Até setembro, e na ótica da contabilidade pública, o défice global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 501,3M€, melhorando 15,2M€ face ao mês anterior. Este comportamento é explicado pelo abrandamento da despesa de investimento realizado pela Parque Escolar, E.P.E. e Estradas de Portugal, S.A., e do pagamento de juros e outros encargos suportados pelo Metro do Porto, S.A. e Metropolitana de Lisboa, S.A..

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Nos três primeiros trimestres do ano, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um saldo de 1.192,4M€, que compara com o défice de 195,3M€ registado no período homólogo. Excluindo, em 2012, a transferência da verba destinada à regularização de dívidas de anos anteriores, o défice do SNS agrava-se 112,3M€. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 15,0%, justificado pelo recebimento da verba contemplada no orçamento rectificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores. Se excluirmos este valor, a receita diminuiu 8,9%, devido à redução das transferências do OE; e
- uma diminuição da despesa em 6,9%, devido essencialmente à diminuição da despesa com subcontratos (onde se destacam as reduções observadas nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e nos produtos vendidos em farmácias, compensadas parcialmente pelo crescimento dos outros subcontratos) e das despesas com pessoal, em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias e da redução de suplementos remuneratórios.

Quadro 2.10. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2011	2012	2011	2012
	jan a set		jan a set	
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	6 287	7 226	-6,4	15,0
Transferências do Orçamento do Estado	6073	6963	-6,9	14,7
Prestação de serviços	75	110	15,7	51,0
Outras receitas	139	154	11,5	10,7
Despesa Total	6 487	6 034	-7,9	-6,9
Despesa com pessoal	727	616	-5,9	-13,0
Subcontratos	5 373	5 089	-8,2	-5,7
Outras despesas	387	330	-8,4	-11,8
Saldo Global	- 200	1 192	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos(excluindo Empresas Públicas Reclassificadas)				Empresas Públicas Reclassificadas	
	2011	2012	2011	2012	2012	
	jan a set		jan a set		ago	set
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	
					10 ⁶ euros	Exec. face OE corrig. (%)
Receita Total	17 587	17 706	70,1	71,5	1,2	0,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 795	2 476	66,8	71,3	-12,1	-11,4
Transferências correntes das Adm. Públicas	11362	12 080	73,9	75,7	8,1	6,3
Despesa Total	16 430	16 710	67,2	70,3	1,8	1,6
Despesa com pessoal	2 025	1734	63,2	66,8	-15,4	-14,3
Aquisição de bens e serviços	5 899	6 867	72,4	73,1	17,9	16,4
Transferências correntes	7 326	7 072	69,3	73,7	-4,3	-3,6
Saldo Global	1 158	996	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

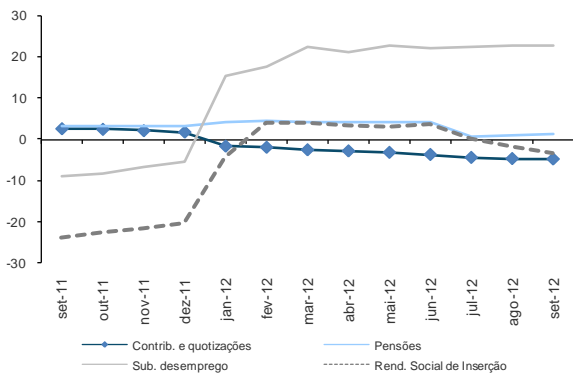
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Nos primeiros três trimestres do ano, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 244,2M€, o que representa uma diminuição de 559,4M€ face ao mesmo período de 2011.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

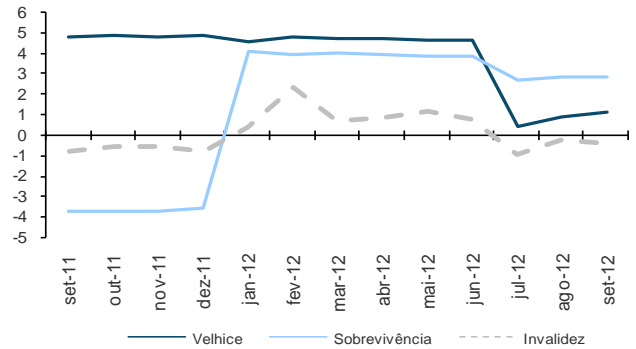
- um acréscimo da receita em 0,3% em resultado transferência da administração central, para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários, e das transferências do FSE. Em sentido contrário, salienta-se a queda das contribuições e quotizações (-4,8%) e das transferências do Orçamento de Estado no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social; e
- um aumento da despesa em 3,6%, refletindo fundamentalmente o pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancários, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (22,9%) e das pensões de velhice e sobrevivência (1,4%). Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das despesas com ações de formação profissional (-12,4%), das outras despesas correntes (-7,0%), do subsídio de doença (-6,7%) e do rendimento social de inserção (-3,2%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 26,4% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, e de 2,2% nas pensões de velhice, enquanto os beneficiários do subsídio de doença diminuíram 17,9% e os da pensão de invalidez 1,7%.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



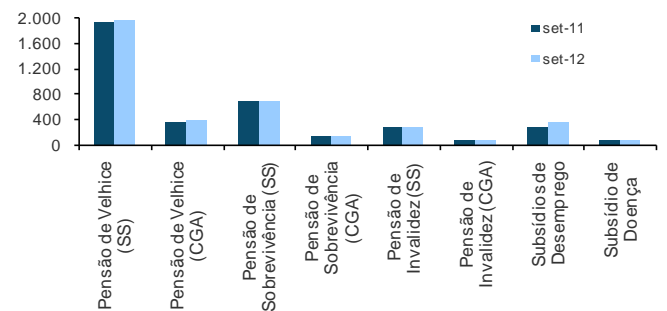
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.26. Número de Pensões Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em setembro, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 158,5M€, menos 214,9M€ que no período homólogo. A receita total diminuiu 10,0%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição da receita de capital, devido ao valor, recebido em 2011, da transferência do Fundo de pensões da PT, e, em menor grau, da receita proveniente das contribuições para a CGA. Esta evolução foi parcialmente compensada pelo aumento da comparticipação do OE. A despesa total diminuiu 7,3%, justificada pela diminuição da despesa com pensões (-5,0%), em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias aos pensionistas, e, em menor grau, pelo registo, em 2011, nas transferências de capital para entidades fora das administrações públicas de verbas relacionadas com a operação de cessão de créditos da CGA.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,9% nas pensões de velhice e de 1,7% nas pensões de sobrevivência.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2011		2012		2011		2012			
	jan a set		jan a set		jan a set		jan a set			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	17635	17679	0,2	73,3	73,2	6769	6091	-10,0	73,6	72,5
Contribuições e quotizações	10237	9736	-4,9	72,5	71,6	2791	2472	-11,4	66,8	71,4
Transferências correntes da Adm. Central	5164	5474	6,0	74,3	76,2	3297	3414	3,6	77,0	81,0
Despesa Total	16832	17434	3,6	71,7	72,4	6396	5932	-7,3	72,4	74,0
Pensões	10259	10384	1,2	71,4	71,7	6226	5909	-5,1	71,9	74,1
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	-	370	-	-	70,8	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1549	1904	22,9	74,3	87,2	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	3151	3109	-1,3	73,4	71,5	-	-	-	-	-
Saldo Global	804	244	-	-	-	373	158	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Administrações Públicas

Nos primeiros nove meses do ano, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR), e considerando o universo comparável de 270 municípios na Administração Local, foi de 4132,3M€. Excluindo as EPR, o défice foi de 3631,0M€, reduzindo-se 727,2M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a melhoria do défice do Estado e do saldo da Administração Local, tendo a diminuição do excedente da Segurança Social e dos FSA e o agravamento do saldo da Administração Regional compensado parcialmente aquela evolução.

Administrações Local e Regional

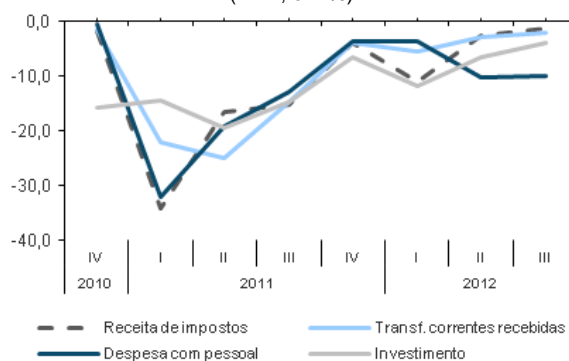
Administração Local*

Até setembro, na ótica da contabilidade pública e tendo em conta um universo comparável de 270 municípios, o excedente provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 353,2M€, o que corresponde a uma melhoria de 191,8M€ em termos homólogos.

A execução orçamental da Administração Local, face a 2011, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita total em 0,9%, tendo contribuído para esta evolução a diminuição da receita do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis e das transferências no âmbito da Lei das finanças locais. Este comportamento foi compensado parcialmente pelo crescimento da receita do imposto municipal sobre imóveis e das transferências de capital do resto do mundo para comparticipação de projetos financiados por fundos comunitários; e
- uma diminuição da despesa total em 5,3%, refletindo, fundamentalmente, a variação das despesas com pessoal, da aquisição de bens de capital e das transferências correntes e de capital. Em sentido oposto, registou-se um aumento da aquisição de bens e serviços e dos juros e outros encargos.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

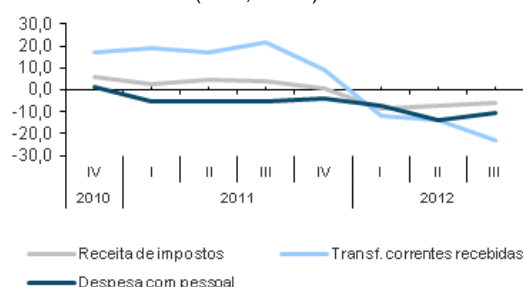
Administração Regional

Até setembro, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 71,2M€, agravando-se 52,7M€ relativamente ao período homólogo. Este comportamento é explicado pelo agravamento do défice da Região Autónoma da Madeira (RAM) em 70,2M€, uma vez que a Região Autónoma dos Açores (RAA) melhorou o seu saldo em 17,5M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 7,2%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências do OE (com maior impacto na RAM) e da receita fiscal (com um efeito mais acentuado na RAA). Em sentido contrário, verificou-se um crescimento das transferências de capital das administrações públicas, com impacto na RAM, e do resto do mundo, com efeito na RAA; e
- um decréscimo da despesa total em 3,7%, refletindo os contributos opostos das duas regiões: na RAM a despesa aumentou 2,4%, enquanto na RAA diminuiu 10,3%. Este comportamento é explicado, essencialmente, pela diminuição nas duas regiões das despesas com pessoal e pela aquisição de bens de capital. O aumento da aquisição de bens e serviços e das outras transferências correntes na RAM, e dos juros, em ambas as regiões, compensaram parcialmente a evolução das outras rubricas da despesa.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local*		
	2011		2012	2011		2012
	jan a set			jan a set		
	10 ⁶ euros		VHA (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)
Receita total	1 512	1 402	-7,2	4 571	4 529	-0,9
Impostos	824	752	-8,8	1 396	1 378	-1,3
Transferências correntes	392	302	-23,1	1 383	1 354	-2,1
Despesa total	1 530	1 474	-3,7	4 409	4 176	-5,3
Pessoal	549	492	-10,3	1 515	1 367	-9,8
Aquisição de bens e serviços	220	273	23,9	1 107	1 126	1,7
Transferências correntes	403	405	0,5	304	275	-9,6
Investimento	137	74	-46,3	1 004	964	-4,0
Saldo global	- 19	- 71	-	161	353	-

Fonte: DGO.

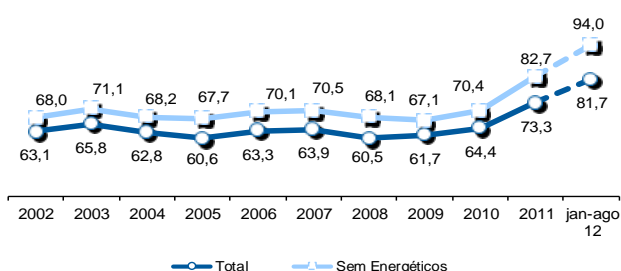
Nota: * Os valores da AL para 2010 referem-se ao Universo Comparável.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros oito meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 9,6% enquanto as importações decresceram 4,3% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 39%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 6,9% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 8,4% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a agosto			VH	
	2011	2012	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	27.645	30.299	9,6	10,4	10,6
Importações (cif)	38.760	37.081	-4,3	-1,5	-5,0
Saldo (fob-cif)	-11.115	-6.782	-39,0	-36,9	-39,6
Cobertura (fob/cif)	71,3	81,7	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	74,8	85,7	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	25.756	27.543	6,9	7,4	7,7
Importações (cif)	31.999	29.304	-8,4	-4,1	-9,4
Saldo (fob-cif)	-6.243	-1.761	-71,8	-63,3	-67,1
Cobertura (fob/cif)	80,5	94,0	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	84,5	98,6	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	6.916	8.784	27,0	25,4	26,5
Importações (cif)	10.503	10.784	2,7	4,5	5,1
Saldo (fob-cif)	-3.587	-2.000	-44,2	-47,1	-38,9
Cobertura (fob/cif)	65,8	81,5	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	69,1	85,5	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.
Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº10/2012").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de agosto de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros oito meses de 2012, as exportações representaram 81,7% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 10,4 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 94% das importações (+13,5 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de agosto

Valores em milhões de Euros			
janeiro a agosto	2011	2012	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	27 645	30 299	9,6
Importações (cif)	38 760	37 081	-4,3
Saldo (fob-cif)	- 11 115	- 6 782	-39,0
Cobertura (fob/cif)	71,3	81,7	-
Intra UE			
Exportações (fob)	20 729	21 514	3,8
Importações (cif)	28 257	26 297	-6,9
Saldo (fob-cif)	- 7 528	- 4 782	-36,5
Cobertura (fob/cif)	73,4	81,8	-
Extra UE			
Exportações (fob)	6 916	8 784	27,0
Importações (cif)	10 503	10 784	2,7
Saldo (fob-cif)	- 3 587	- 2 000	-44,2
Cobertura (fob/cif)	65,8	81,5	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros oito meses de 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 36,5% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 3,8% e as importações a decrescer 6,9%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 44,2% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2011	2012	TVH	2011	2012	TVH
jan	4 453	4 600	3,3	3 121	3 520	12,8
fev	4 636	4 607	-0,6	3 314	3 771	13,8
mar	5 475	5 014	-8,4	3 779	4 095	8,4
abr	5 010	4 372	-12,7	3 441	3 542	2,9
mai	5 438	4 946	-9,0	3 701	4 012	8,4
jun	4 607	4 455	-3,3	3 588	3 958	10,3
jul	4 906	4 621	-5,8	3 777	4 077	7,9
ago	4 234	4 466	5,5	2 924	3 324	13,7
set	5 100	-	-	3 792	-	-
out	4 720	-	-	3 779	-	-
nov	4 744	-	-	3 857	-	-
dez	4 406	-	-	3 253	-	-
1º Trim	14 565	14 221	-2,4	10 213	11 386	11,5
2º Trim	15 055	13 774	-8,5	10 730	11 512	7,3
3º Trim	14 241	-	-	10 493	-	-
4º Trim	13 869	-	-	10 889	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros oito meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 9,6%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 6,9%.

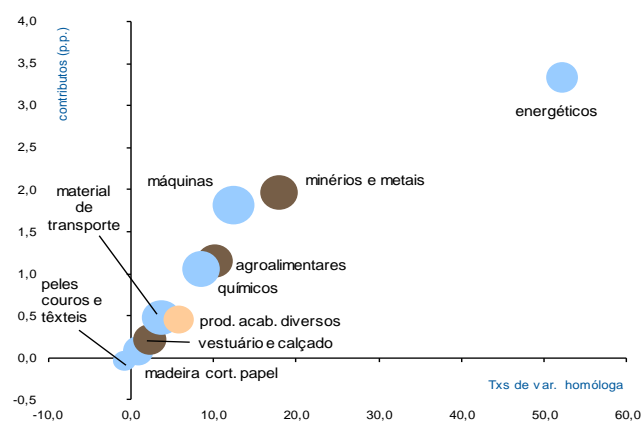
Entre janeiro e agosto de 2012, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+3,1 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+2,0 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,8 p.p.). As “Máquinas” e os “Químicos” foram os grupos de produtos que maior peso tiveram nas exportações de mercadorias deste período (15,0% e 12,6% respetivamente).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em agosto de 2012.

Nesse período, à exceção das “Pele, Couros e Têxteis”, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+10,6%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+3,3 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Minérios e Metais” e das “Máquinas” (+2,0 p.p. e +1,8 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Agroalimentares”, “Químicos” e “Material de Transporte”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 1,1 p.p., 1,1 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)
Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2012
(Total: 10,6%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-ago		últimos 12 meses ^[1]		jan-ago	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	27 645	30 299	100,0	100,0	100,0	100,0	10,6	10,6	9,6	9,6
000 Agro-Alimentares	2 978	3 258	8,8	11,3	10,8	10,8	10,1	1,1	9,4	1,0
100 Energéticos	1 889	2 755	5,3	7,3	6,8	9,1	52,2	3,3	45,9	3,1
200 Químicos	3 573	3 815	10,3	12,5	12,9	12,6	8,5	1,1	6,8	0,9
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 422	2 446	8,7	8,5	8,8	8,1	0,9	0,1	1,0	0,1
400 Peles, Couros e Têxteis	1 234	1 218	4,9	4,3	4,5	4,0	-0,8	0,0	-1,3	-0,1
500 Vestuário e Calçado	2 733	2 805	11,1	9,4	9,9	9,3	2,3	0,2	2,6	0,3
600 Minérios e Metais	3 044	3 549	10,5	11,2	11,0	11,7	18,0	2,0	16,6	1,8
700 Máquinas	3 979	4 541	19,7	14,5	14,4	15,0	12,4	1,8	14,1	2,0
800 Material de Transporte	3 620	3 615	13,3	13,1	13,1	11,9	3,7	0,5	-0,1	0,0
900 Produtos Acabados Diversos	2 172	2 297	7,4	7,8	7,9	7,6	5,7	0,5	5,7	0,5
Por memória:										
Total sem energéticos	25 756	27 543	94,7	92,7	93,2	90,9	7,7	7,2	6,9	6,5

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2012.

[2] $(\text{set } 11\text{-ago } 12) / (\text{set } 10\text{-ago } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

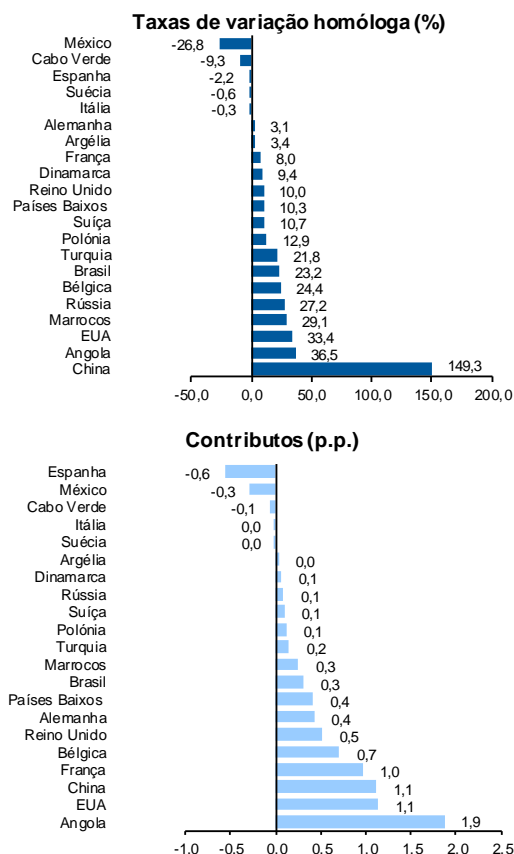
Nos primeiros oito meses de 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 3,8%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 3,3% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 16,6%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 27,0% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+6,8 p.p.).

As exportações de mercadorias para França (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para o Reino Unido e a Bélgica (ambos com +0,5 p.p.).

No último ano a terminar em agosto de 2012, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 5,2%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 4,8%. As exportações para França (+1,0 p.p.) e a Bélgica (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento destas exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a China (+149,3%), Angola (+36,5%) e os EUA (+33,4%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino ao México (-26,8%) e Cabo Verde (-9,3%), ainda que com um impacto negativo pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2012



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-ago		anual		jan-ago		12 meses [1]		jan-ago	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
TOTAL	27 645	30 299	100,0	100,0	100,0	100,0	10,6	10,6	9,6	9,6
Intra UE-27	20 729	21 515	78,1	74,1	75,0	71,0	5,2	3,9	3,8	2,8
dos quais:										
UE-15	19 900	20 548	76,0	71,0	72,0	67,8	4,8	3,4	3,3	2,3
Espanha	7 027	6 736	28,4	24,9	25,4	22,2	-2,2	-0,6	-4,1	-1,1
Alemanha	3 781	3 781	13,0	13,5	13,7	12,5	3,1	0,4	0,0	0,0
França	3 396	3 595	12,5	12,1	12,3	11,9	8,0	1,0	5,9	0,7
R.Unido	1 389	1 533	6,9	5,1	5,0	5,1	10,0	0,5	10,4	0,5
P.Baixos	1 166	1 287	3,7	3,9	4,2	4,2	10,3	0,4	10,4	0,4
Itália	1 059	1 086	4,1	3,7	3,8	3,6	-0,3	0,0	2,6	0,1
Bélgica	814	951	3,1	3,2	2,9	3,1	24,4	0,7	16,8	0,5
Suécia	294	297	1,1	1,0	1,1	1,0	-0,6	0,0	0,9	0,0
Dinamarca	176	197	0,7	0,6	0,6	0,6	9,4	0,1	11,6	0,1
Alargamento	829	967	2,1	3,1	3,0	3,2	17,0	0,5	16,6	0,5
Polónia	258	269	0,7	1,0	0,9	0,9	12,9	0,1	4,4	0,0
Extra UE-27	6 916	8 784	21,9	25,9	25,0	29,0	26,5	6,6	27,0	6,8
dos quais:										
Angola	1 351	1 887	3,4	5,5	4,9	6,2	36,5	1,9	39,7	1,9
EUA	937	1 281	5,9	3,5	3,4	4,2	33,4	1,1	36,8	1,2
Brasil	361	435	0,7	1,4	1,3	1,4	23,2	0,3	20,3	0,3
México	289	142	0,4	1,1	1,0	0,5	-26,8	-0,3	-50,9	-0,5
China	217	574	0,6	0,9	0,8	1,9	149,3	1,1	164,4	1,3
Marrocos	257	331	0,5	0,9	0,9	1,1	29,1	0,3	28,6	0,3
Suíça	247	274	0,8	0,9	0,9	0,9	10,7	0,1	10,6	0,1
Argélia	259	255	0,2	0,8	0,9	0,8	3,4	0,0	-1,4	0,0
Turquia	203	247	0,7	0,7	0,7	0,8	21,8	0,2	22,0	0,2
Cabo Verde	171	148	0,5	0,6	0,6	0,5	-9,3	-0,1	-13,2	-0,1
Por memória:										
Gibraltar	156	184	0,1	0,6	0,6	0,6	44,4	0,2	18,1	0,1
PALOP	1 727	2 306	4,3	6,9	6,2	7,6	31,6	2,1	33,5	2,1
EFTA	313	352	1,1	1,1	1,1	1,2	12,4	0,1	12,6	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2012.

[2] (set 11-ago 12)/(set 10-ago 11) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

Entre janeiro a agosto de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 4,3% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” (-2,9 p.p.) e “Máquinas” (-1,1 p.p.) para a redução das importações nos primeiros oito meses.

O comportamento das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 2,6 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (70,9%).

Nos primeiros oito meses de 2012, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, -6,9%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 7,2%. As importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 0,4%. Neste período, as importações de todos os países da UE-15 registaram contributos negativos, justificando o decréscimo das respetivas importações.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros também decresceram 2,7%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,2% do total). Seguem-se o Brasil (2,8%) e a China (2,5%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Annual		jan-ago		12 meses ^[1]		jan-ago	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	38 760	37 081	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,0	-5,0	-4,3	-4,3
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	5 855	5 680	11,9	13,8	15,0	15,3	0,0	0,0	-2,3	-0,3
100-Energéticos	6 761	7 777	14,1	14,6	17,4	21,0	17,7	2,9	15,0	2,6
200-Químicos	6 223	6 194	13,3	15,2	16,1	16,7	-0,8	-0,1	-0,5	-0,1
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	1 807	1 558	4,7	4,6	4,7	4,2	-11,3	-0,5	-13,8	-0,6
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 601	2 403	6,8	6,8	6,7	6,5	-8,1	-0,6	-7,6	-0,5
500-Minérios e Metais	3 473	3 103	9,2	8,5	9,0	8,4	-10,5	-0,9	-10,7	-1,0
600-Máquinas [4]	5 761	5 342	20,5	16,4	14,9	14,4	-9,7	-1,5	-7,3	-1,1
700-Material de Transporte [5]	4 307	3 189	13,5	14,1	11,1	8,6	-30,4	-3,7	-26,0	-2,9
800-Prod. Acabados Diversos	2 013	1 836	6,0	5,9	5,2	5,0	-10,3	-0,6	-8,8	-0,5
Total sem energéticos	31 999	29 304	85,9	85,4	82,6	79,0	-9,4	-7,9	-8,4	-7,0
Mercados de origem										
Intra UE-27	28 257	26 297	77,0	73,0	72,9	70,9	-8,5	-6,3	-6,9	-5,1
dos quais:										
UE-15	27 318	25 354	75,3	70,6	70,5	68,4	-8,8	-6,3	-7,2	-5,1
Espanha	12 095	11 630	30,9	31,6	31,2	31,4	-4,8	-1,5	-3,8	-1,2
Alemanha	4 853	4 229	14,3	12,3	12,5	11,4	-17,2	-2,3	-12,9	-1,6
França	2 676	2 417	8,5	6,9	6,9	6,5	-8,9	-0,6	-9,7	-0,7
Itália	2 067	1 912	5,9	5,4	5,3	5,2	-8,1	-0,4	-7,5	-0,4
Países Baixos	1 853	1 797	4,8	4,8	4,8	4,8	-5,9	-0,3	-3,0	-0,1
Reino Unido	1 303	1 132	4,1	3,3	3,4	3,1	-15,1	-0,5	-13,2	-0,4
Bélgica	1 044	923	2,8	2,6	2,7	2,5	-14,8	-0,4	-11,6	-0,3
Suécia	417	383	0,9	1,0	1,1	1,0	-6,8	-0,1	-7,9	-0,1
Irlanda	388	359	0,9	1,0	1,0	1,0	-3,3	0,0	-7,4	-0,1
Alargamento	939	942	1,7	2,4	2,4	2,5	0,1	0,0	0,4	0,0
Extra UE-27	10 503	10 784	23,0	27,0	27,1	29,1	5,1	1,3	2,7	0,7
dos quais:										
Nigéria	1 110	539	1,4	2,6	2,9	1,5	-40,5	-1,1	-51,4	-1,5
China	1 005	939	1,4	2,6	2,6	2,5	-7,8	-0,2	-6,6	-0,2
Brasil	1 101	1 031	2,2	2,5	2,8	2,8	-6,7	-0,2	-6,3	-0,2
Angola	573	1 179	0,1	2,0	1,5	3,2	159,3	1,9	105,8	1,6
EUA	749	643	1,4	1,9	1,9	1,7	-5,9	-0,1	-14,3	-0,3
Arábia Saudita	584	643	1,0	1,6	1,5	1,7	32,7	0,4	10,2	0,2
Cazaquistão	510	551	0,6	1,5	1,3	1,5	24,0	0,3	8,1	0,1
Argélia	628	453	1,6	1,3	1,6	1,2	-19,2	-0,2	-28,0	-0,5
Rússia	418	387	1,2	1,0	1,1	1,0	0,3	0,0	-7,4	-0,1
Índia	355	221	0,4	0,8	0,9	0,6	-31,3	-0,3	-37,7	-0,3
Noruega	315	110	1,2	0,7	0,8	0,3	-51,5	-0,4	-65,0	-0,5
Suíça	242	220	0,6	0,6	0,6	0,6	-7,0	0,0	-8,9	-0,1
Japão	226	220	1,0	0,6	0,6	0,6	-3,0	0,0	-2,8	0,0
OPEP ^[6]	3 068	3 242	6,3	8,0	7,9	8,7	12,8	0,9	5,7	0,5
EFTA	571	345	1,9	1,4	1,5	0,9	-30,1	-0,4	-39,5	-0,6
PALOP	599	1 195	0,2	2,1	1,5	3,2	149,8	1,9	99,6	1,5

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2012.

[2] (set 11-ago 12)/(set 10-ago 11) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

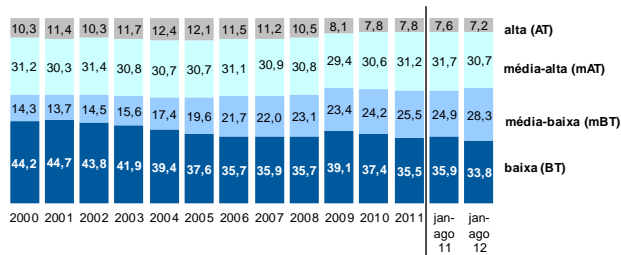
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros oito meses de 2012, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 10%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (59,0%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (25,2%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7)¹.

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



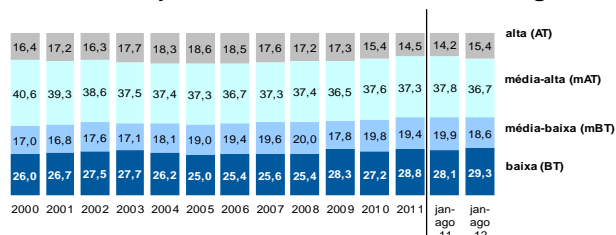
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média-baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+6,3 p.p.).

As exportações dos produtos de média alta intensidade tecnológica contribuíram com 2,1 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 9,9%, sendo os produtos de média alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-4,7 p.p. e -3,1 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2011	janeiro a agosto		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2011	2012	média 2006-11	2011/10	jan-ago 2012/11	2010	2011	jan-ago		2011	jan-ago 2012		
									2011	2012				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	39 888 142	26 086 493	28 693 512	3,4	15,6	10,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,6	10,0
Alta tecnologia	3 103 147	1 972 641	2 070 314	-4,4	15,5	5,0	7,8	7,8	7,6	7,2	7,6	7,2	1,2	0,4
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 924 348	1 893 084	1 970 279	-5,2	15,2	4,1	7,4	7,4	7,3	6,9	7,3	6,9	1,1	0,3
Média-alta tecnologia	12 460 564	8 270 138	8 816 394	3,5	18,1	6,6	30,6	31,2	31,7	30,7	31,7	30,7	5,5	2,1
Média-baixa tecnologia	10 176 413	6 488 818	8 121 220	6,8	21,9	25,2	24,2	25,5	24,9	28,3	25,5	28,3	5,3	6,3
Baixa tecnologia	14 148 018	9 354 896	9 685 584	3,2	9,5	3,5	37,4	35,5	35,9	33,8	35,9	33,8	3,6	1,3
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	42 325 641	27 644 704	30 298 611	3,5	15,1	9,6	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,1	9,6
Residual ^[3]	2 437 499	1 558 212	1 605 100	5,6	7,6	3,0	6,2	5,8	5,6	5,3	5,6	5,3	0,5	0,2
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	45 990 799	31 101 921	28 019 862	-0,4	-2,4	-9,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,4	-9,9
Alta tecnologia	6 669 401	4 415 332	4 314 518	-5,1	-7,8	-2,3	15,4	14,5	14,2	15,4	14,2	15,4	-1,2	-0,3
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 437 600	4 280 931	4 011 788	-4,4	-6,5	-6,3	14,7	14,1	13,8	14,5	13,8	14,5	-1,0	-0,9
Média-alta tecnologia	17 144 597	11 741 197	10 287 265	-0,1	-3,2	-12,4	37,6	37,3	37,8	36,7	37,8	36,7	-1,2	-4,7
Média-baixa tecnologia	8 937 978	6 195 622	5 220 959	-0,4	-4,3	-15,7	19,8	19,4	19,9	19,9	19,9	19,9	-0,8	-3,1
Baixa tecnologia	13 238 822	8 749 770	8 197 120	2,1	3,3	-6,3	27,2	28,8	28,1	29,3	28,1	29,3	0,9	-1,8
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	57 729 732	38 760 094	37 080 968	0,5	1,2	-4,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1,2	-4,3
Residual ^[3]	11 738 933	7 658 173	9 061 105	4,7	17,9	18,3	17,4	20,3	19,8	24,4	19,8	24,4	3,1	3,6

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹ Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

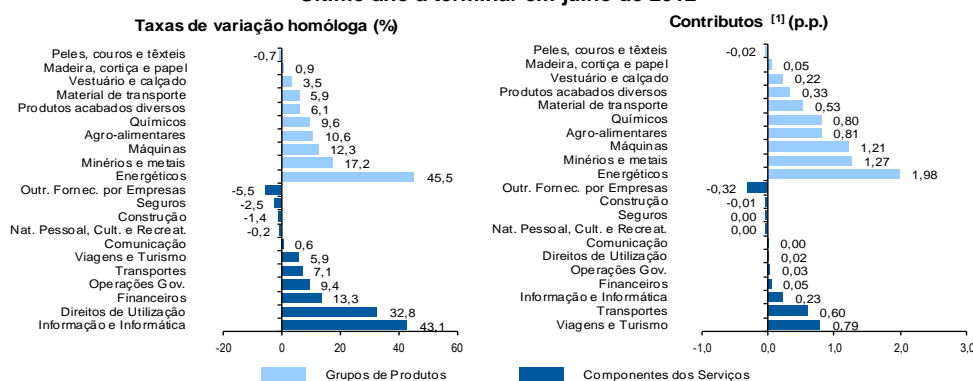
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de julho de 2012, nos primeiros seis meses de 2012, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,5% relativamente ao mesmo período de 2011. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (6,1 p.p.).

Nos seis primeiros meses de 2012, a componente dos Serviços representou 28,3% do total das “Exportações” e contribuiu com 0,4 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). O peso dos serviços nas Importações (débitos) foi de 16,3% e o seu contributo para o decréscimo das importações (-5,9%) foi de -1,3 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em julho de 2012, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,0 p.p.) e dos “Minérios e metais” (+1,3 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,8 p.p.) e Transportes (+0,6 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em julho de 2012



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (8,6%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro a julho		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2011	2012	Anual		janeiro a julho		média anual	12 meses [1]		janeiro a julho	
		2005	2011	2011	2012	05-10	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	35 319	37 618	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	8,6	8,6	6,5	6,5
Bens	24 830	26 977	71,0	68,9	70,3	71,7	3,5	10,5	7,2	8,6	6,1
Serviços	10 489	10 640	29,0	31,1	29,7	28,3	5,5	4,4	1,4	1,4	0,4
Transportes	2 978	3 166	7,1	8,4	8,4	8,4	7,5	7,1	0,6	6,3	0,5
Viagens e Turismo	4 244	4 501	13,2	13,2	12,0	12,0	4,1	5,9	0,8	6,0	0,7
Comunicação	287	294	0,9	0,8	0,8	0,8	0,1	0,6	0,0	2,6	0,0
Construção	320	296	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	-1,4	0,0	-7,5	-0,1
Seguros	64	60	0,2	0,2	0,2	0,2	3,0	-2,5	0,0	-5,1	0,0
Financeiros	130	131	0,4	0,4	0,4	0,3	3,8	13,3	0,0	1,1	0,0
Informação e Informática	197	272	0,3	0,6	0,6	0,7	17,3	43,1	0,2	37,9	0,2
Direitos de Utilização	22	25	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,0	32,8	0,0	9,7	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1989	1597	5,2	5,8	5,6	4,2	6,5	-5,5	-0,3	-19,7	-1,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	140	159	0,4	0,4	0,4	0,4	3,5	-0,2	0,0	13,1	0,1
Operações Governamentais	117	139	0,3	0,3	0,3	0,4	5,7	9,4	0,0	13,7	0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	39 981	37 634	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	-4,8	-4,8	-5,9	-5,9
Bens	33 335	31 518	84,9	83,0	83,4	83,7	0,6	-5,1	-4,3	-5,5	-4,5
Serviços	6 646	6 116	15,1	17,0	16,6	16,3	3,4	-2,8	-0,5	-8,0	-1,3
Transportes	1923	1883	4,7	5,0	4,8	5,0	2,2	0,5	0,0	-2,1	-0,1
Viagens e Turismo	1740	1714	4,2	4,4	4,4	4,6	2,3	-0,8	0,0	-1,5	-0,1
Comunicação	257	259	0,6	0,6	0,6	0,7	1,1	-2,7	0,0	0,6	0,0
Construção	71	58	0,2	0,2	0,2	0,2	1,8	-7,6	0,0	-19,1	0,0
Seguros	139	146	0,3	0,3	0,3	0,4	3,5	-3,3	0,0	4,5	0,0
Financeiros	333	278	0,3	0,8	0,8	0,7	20,3	5,6	0,0	-16,6	-0,1
Informação e Informática	252	229	0,4	0,7	0,6	0,6	11,0	0,9	0,0	-9,0	-0,1
Direitos de Utilização	244	212	0,5	0,6	0,6	0,6	4,5	-13,7	-0,1	-13,2	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1350	989	3,0	3,6	3,4	2,6	4,9	-11,0	-0,4	-26,7	-0,9
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	284	296	0,6	0,7	0,7	0,8	4,9	1,3	0,0	4,2	0,0
Operações Governamentais	53	54	0,3	0,1	0,1	0,1	-16,3	-4,7	0,0	2,6	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até julho de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Destaques

O Processo de Integração Europeia

O processo de integração europeia, que se iniciou logo após a segunda guerra mundial, passou por diversas fases, com processos de adaptação longos e que têm vindo a culminar num gradual aprofundamento da União Europeia. A primeira fase, até meados dos anos 80, caracterizou-se pela eliminação de barreiras ao comércio internacional.

A segunda fase caracterizou-se pelo início da construção da União Económica e Monetária (UEM), durante a qual a moeda única se viria a afirmar como a segunda moeda mais forte ao nível internacional e a UEM como uma união com uma política monetária única, preservando-se a diversidade e a soberania dos Estados Membros. No entanto, o pilar económico da UEM não acompanhou o processo de integração monetária. Foi um período onde se verificou incumprimento das regras de disciplina orçamental, subestimação da importância da estabilidade financeira e da supervisão bancária, e adiamento da prossecução dos objetivos de competitividade e de redução dos desequilíbrios na balança corrente. Nesta fase, foram desvalorizados os elementos de vulnerabilidade e as fragilidades no desenho do sistema de regulação e governação a nível europeu e, ao nível nacional, muitos países não alteraram as suas normas, regras, procedimentos e formas de organização de modo a adaptar os comportamentos nacionais às exigências decorrentes da sua participação na área do euro.

Para a área do euro, a situação tornou-se insustentável no final de 2009 com o culminar da transformação gradual da crise global numa crise de endividamento soberano na área do euro. Esta crise foi profundamente assimétrica entre os Estados que adotaram o euro e esta heterogeneidade constitui uma ameaça à unidade da área do euro.

De facto, segundo o FMI¹, a atual crise de endividamento soberano mantém-se como uma forte ameaça à estabilidade financeira global e, apesar dos decisores políticos europeus terem tomado passos importantes para a melhoria da situação económica, a confiança dos agentes económicos ainda não foi restaurada e a aversão ao risco permanece elevada.

Neste contexto, as instituições europeias responderam com um pacote compreensivo de medidas de reforço das regras e procedimentos de integração financeira, orçamental e económica e, desde 2010, o progresso na aprovação e execução dessas medidas tem sido substancial.

Nesta nova fase, ao nível da integração financeira são de destacar a criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade, que permite a recapitalização direta dos bancos, e a intervenção do Banco Central Europeu no mercado secundário, de modo a garantir a eficácia do mecanismo de transmissão da política monetária. Estas iniciativas estão a ser complementadas por um pacote denominado de “União Bancária”, o qual é constituído por três pilares: a criação de um mecanismo europeu de supervisão bancária, a centralização do sistema de garantia de depósitos e a criação de mecanismos de resolução comuns. Estes dois últimos permitem a mutualização dos riscos da supervisão centralizada, permitindo que com a União Bancária se reduzam os riscos de falhas na supervisão que motivariam o recurso, no passado, às redes de segurança.

O processo de integração orçamental e económica pressupõe um quadro de normas e procedimentos conducente à criação de um enquadramento europeu de políticas orçamentais coordenadas e eficazes. As novas regras e procedimentos instituídas pelo “Six-Pack” (5 regulamentos e uma diretiva, adotados em 2011), e que atualizam o Pacto de Estabilidade e Crescimento, passam pela existência de procedimentos orçamentais ex-ante, maior ênfase na monitorização da evolução da dívida pública em complemento às regras para o défice orçamental, e na promoção dum crescimento equilibrado entre todos os Estados-membros através da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos e ênfase nas políticas estruturais. A aplicação destas novas regras orçamentais passa pelo cumprimento de um conjunto de procedimentos no âmbito do denominado Semestre Europeu, que culminam na apresentação pelas insti-

¹ FMI, “Global Financial Report”, outubro 2012.

tuições europeias de recomendações específicas sobre a política orçamental e económica dos Estados-Membros. Em dezembro, prevê-se a adoção do denominado “Two-Pack” direcionado para uma maior supervisão orçamental da área do euro e para um reforço do enquadramento dos mecanismos de supervisão dos Estados-Membros sob pressão financeira. Em simultâneo, exploram-se formas de internalização dos choques assimétricos resultantes de diferentes esforços de ajustamento orçamental e das assimetrias existentes, em particular, ao nível institucional e do mercado de trabalho.

Em suma, esta nova arquitetura vem reforçar o processo de integração europeu e, nessa medida, constitui um contributo inequívoco das instituições europeias para a redução do risco e incerteza dos agentes económicos e dos mercados.

Proposta do Orçamento do Estado para 2013

No passado dia 15 de outubro, o Governo entregou na Assembleia da República, a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2013.

Este documento visa prosseguir os compromissos que o Governo português assumiu no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) e, em particular, o cumprimento dos limites para o défice orçamental. Estas metas foram objeto de revisão durante o quinto exame regular do PAEF, passando a ser de 5% em 2012, 4,5% em 2013 e 2,5% em 2014, adiando assim por um ano a obtenção de um défice não superior a 3%. Contudo, esta revisão não implicou alterações do montante financeiro inicialmente acordado ou da duração do programa.

Esta revisão dos limites para o défice orçamental foi da iniciativa do Governo português e pretende, por um lado, minimizar o impacto negativo sobre a atividade económica e, por outro lado, assegurar o controlo sobre a evolução da dívida pública e a credibilidade necessária para aceder aos mercados financeiros. O ajustamento da economia revelou efeitos diferentes dos esperados, repercutindo-se num impacto negativo na consolidação orçamental. A maior contração da procura interna associada à diminuição da massa salarial levou a que se projete para 2012 um impacto dos estabilizadores automáticos superior ao inicialmente esperado, reduzindo as receitas fiscais (em 1,5 p.p. do PIB) e as contribuições para a segurança social (em 0,4 p.p.) e aumentando as despesas com o subsídio de desemprego (em 0,2 p.p.). Estas consequências foram atenuadas por uma maior contenção da despesa pública, com reflexo na redução da despesa com pessoal e juros. Contudo, para atingir um défice de 5% do PIB em 2012, torna-se necessário a adoção de medidas adicionais, nomeadamente através da reprogramação do QREN, de uma maior contenção da despesa com prestações sociais e de investimento e do aumento da tributação sobre imóveis de elevado valor e sobre os rendimentos de capital.

Relativamente a 2013, para atingir um défice de 4,5% do PIB, e tendo em conta que:

- O objetivo do défice para 2012 incorpora 1p.p. do PIB de medidas temporárias;
- Os juros da dívida pública deverão aumentar cerca de 0,1p.p. do PIB em 2013, devido ao aumento do *stock* da dívida pública;
- O Tribunal Constitucional considerou a inaplicabilidade dos artigos 21.º e 25.º da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (suspensão do pagamento dos subsídios de férias e Natal aos funcionários públicos e pensionistas);
- O cenário macroeconómico previsto para 2013, mais desfavorável que em anteriores projeções, tem um impacto mais negativo dos estabilizadores automáticos (de 1,6% do PIB), em resultado, por um lado, da contração esperada da atividade económica em 1% e, por outro, de uma diminuição da base de incidência fiscal superior à da atividade económica;

Estão previstas medidas de consolidação orçamental que totalizam 3,2% do PIB, cerca de dois terços das quais já estavam previstas no PAEF (Quadro 1). Neste contexto, o Governo decidiu repor 1 subsídio aos funcionários públicos e 1,1 aos reformados e aposentados, compensando com medidas de carácter fiscal. Estas medidas pretendem que o esforço seja mais equitativo entre os sectores público e privado (através do IRS), por um lado, e entre os rendimentos do trabalho e do capital (através da tributação sobre o capital e o património), por outro.

Quadro 1. Medidas de consolidação orçamental em 2013

	Face ao ano anterior	
	% do PIB	Milhões euros
Despesas com o pessoal	0,4	727,0
Prestações sociais	0,6	1041,9
Prestações sociais em espécie	0,1	180,9
Consumo intermédio	0,2	374,8
Subsídios	0,1	122,9
Investimento	0,2	251,8
Total de medidas do lado da despesa	1,6	2699,1
Reposição de subsídios aos funcionários públicos e pensionistas	-1,0	-1673,5
Diminuição de Despesa	0,6	1025,6
Impostos sobre a produção e a importação	0,4	685,0
Impostos sobre o rendimento e a riqueza	1,8	3025,0
Contribuições sociais	0,1	143,0
Outras receitas	0,1	86,4
Total de medidas do lado da receita	2,4	3939,4
Reposição de subsídios aos funcionários públicos e pensionistas	0,2	373,0
Aumento de Receita	2,6	4312,4
Total	3,2	5338,0

Fonte: Ministério das Finanças.

Para 2013, prevê-se uma redução do défice orçamental excluindo medidas temporárias de 6%, para 4,5% do PIB, enquanto o saldo primário deverá melhorar 1,6p.p. para se situar em -0,2% do PIB. O saldo estrutural primário deverá atingir um excedente de 1,9% do PIB, melhorando relativamente aos 0,2% de 2012 e ao défice de 2,2% em 2011 (Quadro 2).

Quadro 2. Conta das Administrações Públicas – Principais indicadores
(% do PIB)

	2011	2012 ^(p)	2013 ^(p)
Receita total	45,0	40,6	42,3
Receita corrente	40,5	39,3	41,5
Receita de capital	4,4	1,3	0,8
Despesa total	49,4	45,6	46,8
Despesa corrente primária	41,4	39,5	40,4
Juros (PDE)	4,0	4,2	4,3
Despesa de capital	5,6	4,0	3,1
Saldo Global (PDE)	-4,4	-5,0	-4,5
Saldo Primário	-0,4	-0,8	-0,2
Valores excluindo medidas temporárias:			
Saldo Global	-7,4	-6,0	-4,5
Saldo Primário	-3,4	-1,8	-0,2
Valores excluindo medidas temporárias e corrigido do ciclo:			
Saldo Global	-6,2	-4,0	-2,4
Variação em p.p. do PIB	2,3	2,2	1,6
Saldo Primário	-2,2	0,2	1,9
Variação em p.p. do PIB	3,4	2,4	1,7

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

No que respeita à dívida pública, o seu rácio no PIB deverá continuar a aumentar, mas a um menor ritmo, situando-se em 123,7%, em 2013. Para esta evolução deverá contribuir essencialmente o efeito do diferencial entre a variação da taxa de juro implícita na dívida e a do PIB nominal.

Quadro 3. Evolução da Dívida Pública
(% do PIB e p.p.)

	2011	2012 ^(p)	2013 ^(p)
Stock da dívida (final do ano)	108,1	119,1	123,7
variação da dívida (p.p. do PIB)	14,5	11,0	4,6
Efeito saldo primário	0,4	0,8	0,2
Efeito juros e PIB ("snow-ball effect")	5,0	7,2	4,0
Efeito juros	4,0	4,2	4,3
Efeito do crescimento nominal do PIB	1,0	3,0	-0,3
Outros	9,2	3,1	0,4

Fontes: INE, BP e Ministério das Finanças.

O enquadramento macroeconómico subjacente às previsões orçamentais incorpora a informação das instituições internacionais envolvidas no PAEF no que respeita às previsões mais recentes para a atividade económica nacional e internacional e incorpora as novas medidas propostas no contexto do Orçamento de Estado para 2013. Assim, perspetiva-se um crescimento da procura externa relevante para Portugal de 2,8%, assente na esperada recuperação gradual da atividade económica mundial e, em particular, da área do euro e dos restantes parceiros comerciais de Portugal. Espera-se uma diminuição dos preços do petróleo e das taxas juro de curto prazo, assumindo-se a manutenção da taxa de câmbio do euro face ao dólar (Quadro 4).

Quadro 4. Enquadramento internacional – principais hipóteses

	Fonte	2011	2012 ^(p)	2013 ^(p)
Crescimento da procura externa relevante (%)	MF/PAEF	3,6	-0,2	2,8
Preço do petróleo Brent (US\$/bbl)	NYMEX	111,0	102,4	96,9
Taxa de juro de curto prazo (média anual, %) ^(a)	BCE	1,4	0,6	0,4
Taxa de câmbio do EUR/USD (média anual)	BCE	1,39	1,26	1,26

Notas: (p) previsão, (a) Euribor a 3 meses.

Projeta-se para 2013 uma contração do PIB de 1%, esperando-se que comece a denotar algum crescimento a partir do segundo trimestre de 2013. A evolução da atividade económica continuará a refletir as características do ajustamento da economia portuguesa, ou seja, o contributo da procura interna deverá continuar a ser negativo, embora menor do que nos anos anteriores. Este contributo será parcialmente compensado por um contributo positivo das exportações líquidas, refletindo também a diversificação recente das exportações portuguesas para países fora da U.E. (Quadro 5).

Quadro 5. Cenário Macroeconómico – Principais Indicadores
(taxa de variação, %)

	2011	2012 ^(p)	2013 ^(p)
PIB e Componentes da Despesa (em termos reais)			
PIB	-1,7	-3,0	-1,0
Consumo Privado	-4,0	-5,9	-2,2
Consumo Público	-3,8	-3,3	-3,5
Investimento (FBCF)	-11,3	-14,1	-4,2
Exportações de Bens e Serviços	7,5	4,3	3,6
Importações de Bens e Serviços	-5,3	-6,6	-1,4
Evolução dos Preços			
Deflator do PIB	0,7	0,3	1,3
IPC	3,7	2,8	0,9
Evolução do Mercado de Trabalho			
Emprego	-1,3	-4,3	-1,7
Taxa de Desemprego (%)	12,7	15,5	16,4
Produtividade aparente do trabalho	-0,4	1,3	0,7
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)			
Necessidades líquidas de financiamento face ao exterior	-5,1	-1,1	0,9
- Saldo da Balança Corrente	-6,6	-2,6	-0,7
<i>da qual</i> Saldo da Balança de Bens	-7,2	-3,6	-2,1
- Saldo da Balança de Capital	1,4	1,5	1,6

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

O ajustamento da economia portuguesa deverá ter consequências na estrutura produtiva nacional, ao centrar-se nos bens transacionáveis para a exportação, devendo induzir uma reafetação de recursos no curto prazo e, consequentemente, a um aumento da taxa de desemprego, que se projeta em 0,9 p.p. para se situar em 16,4% em 2013.

Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2012

De acordo com a segunda notificação do Procedimento dos Défices Excessivos de 2012, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística a 28 de Setembro, os valores do défice orçamental e da dívida das Administrações Públicas, relativos a 2011, situaram-se em 4,4% e 108,1% do PIB, respetivamente (Quadro 1).

Quadro 1 - Indicadores Orçamentais (PDE)					
	2008	2009	2010	2011	2012p
Saldo Global					
1. Notificação de Setembro de 2012	-3,6	-10,2	-9,8	-4,4	-5,0
2. Notificação de Março de 2012	-3,6	-10,2	-9,8	-4,2	-4,5
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	-0,2	-0,5
Saldo Primário					
1. Notificação de Setembro de 2012	-0,6	-7,3	-7,0	-0,4	-0,7
2. Notificação de Março de 2012	-0,6	-7,3	-7,0	-0,4	0,4
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,1
Dívida Pública					
1. Notificação de Setembro de 2012	71,7	83,2	93,5	108,1	119,1
2. Notificação de Março de 2012	71,6	83,1	93,3	107,8	112,5
Diferença (1-2)	0,1	0,2	0,2	0,3	6,6

Fontes: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas - 30 de março de 2012 e 28 de setembro de 2012.

A revisão dos valores destas variáveis deveu-se à incorporação de informação adicional, tendo resultado no agravamento dos saldos na Administração Central e na Segurança Social, em 0,17p.p. e 0,03p.p. do PIB, respetivamente, o qual foi parcialmente compensado por um maior excedente na Administração Local (em 0,05p.p.). Quando comparados com 2010, os valores agora apurados para o ano de 2011 refletem uma melhoria do saldo orçamental em 5,4p.p. do PIB e um aumento da dívida pública em 14,5p.p..

Para 2012, o limite para o défice foi revisto de 4,5% para 5,0% do PIB, durante o quinto exame regular do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF). Esta revisão tem subjacente um maior impacto dos estabilizadores automáticos via receitas fiscais, contribuições sociais e subsídio de desemprego, o qual foi parcialmente compensado por poupanças na despesa (juros e despesa com pessoal) e por medidas adicionais (concessão da ANA, reprogramação do QREN, contenção da despesa com prestações sociais e de investimento. aumento da tributação sobre imóveis de elevado valor e sobre os rendimentos de capital). Comparando com o ano anterior, o défice orçamental em 2012 deverá aumentar 0,6p.p. do PIB. Contudo, se excluirmos o impacto das medidas extraordinárias no saldo orçamental - de 3,0% do PIB, em 2011, e 1,0%, em 2012 - o défice reduzir-se-á de 7,4% do PIB em 2011 para 6,0% em 2012. A dívida pública, em 2012, deverá aumentar menos acentuadamente do que em 2011, passando de 108,1% para 119,1% do PIB, correspondendo a uma revisão em alta de 6,6p.p. do PIB, face à primeira notificação de 2012, refletindo, entre outros, a revisão do défice, a reclassificação no perímetro das Administrações Públicas de duas empresas públicas e a revisão dos ativos financeiros, em particular sob a forma de depósitos.

Analisando a evolução da conta das Administrações Públicas (Quadro 2), constata-se que a despesa corrente primária aumentou em 2008 e 2009, invertendo a trajetória nos anos seguintes. Este aumento da despesa corrente primária reflete o aumento das prestações sociais que não em espécie, das despesas com pessoal e do consumo intermédio, estas duas últimas componentes já em 2009. A partir de 2010, o comportamento da despesa corrente primária é fortemente influenciada pela diminuição das despesas com pessoal. A despesa de capital excluindo as medidas temporárias mantém-se estável até 2011, ano em que sofre uma quebra de 1,0p.p. do PIB.

Após a quebra verificada na receita fiscal em 2009, em resultado da evolução económica e da adoção de medidas discricionárias, observou-se uma recuperação, em 2010 e 2011, neste último caso em virtude, principalmente, da sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos (0,9p.p. do PIB). A receita de capital,

quer em 2010, quer em 2011, apresentou um crescimento acentuado explicado essencialmente pelas medidas extraordinárias, nomeadamente as transferências de fundos de pensões da Portugal Telecom, em 2010, e do setor bancário, em 2011, representando 1,6% e 3,5% do PIB, respetivamente.

Quadro 2: Contas das Administrações Públicas

	(% do PIB)				
	2008	2009	2010	2011	2012p
Receita Total	41,1	39,6	41,4	45,0	:
Receita Corrente	40,4	38,8	38,7	40,5	:
Receita Fiscal	23,8	21,7	22,2	23,6	:
Receita Contributiva	11,9	12,5	12,2	12,2	:
Outras receitas correntes	2,4	2,4	2,4	2,6	:
Receita de Capital	0,7	0,7	2,7	4,4	:
Despesa Total	44,7	49,7	51,2	49,4	:
Despesa Corrente	41,7	45,8	45,6	45,4	:
Despesas com pessoal	12,0	12,7	12,2	11,4	:
Prestações Sociais que não em espécie	4,2	5,0	4,9	4,7	:
Juros	3,0	2,8	2,9	4,0	4,3
Outras despesas correntes	2,2	2,5	2,8	2,6	:
Despesa de Capital	3,1	4,0	5,6	4,0	:
Saldo Global	-3,6	-10,2	-9,8	-4,4	-5,0
Saldo Primário	-0,6	-7,3	-7,0	-0,4	-0,7
<i>Em memória:</i>					
Despesa Total Primária	41,7	46,9	48,4	45,4	:
Despesa Corrente Primária	38,6	42,9	42,7	41,4	:

Fonte: INE, setembro 2012.

Em 2011, a generalidade dos países europeus encontravam-se em processo de consolidação orçamental, o que se traduziu numa redução do défice público, quer da área do euro, quer da União Europeia (Quadro 3).

No contexto europeu, em 2011, o défice orçamental português situou-se ligeiramente acima da média da área do euro (4,1% do PIB). De referir que 11, dos 17 países membros, apresentaram valores para o défice superiores a 3% do PIB. Excluindo Chipre e a Eslovénia, os restantes países da área do euro melhoraram o saldo global, sendo Portugal o segundo país, a seguir à Irlanda, onde o ajustamento foi mais expressivo.

Em sentido contrário, a dívida em percentagem do PIB continuou a aumentar, situando-se em 82,5% do PIB na média da União Europeia e em 87,3% na média da área do euro. Atualmente, catorze Estados-membros registam rácios da dívida superiores ao valor de referência (60%): Grécia, Itália, Irlanda, Portugal, Bélgica, França, Reino Unido, Alemanha, Hungria, Áustria, Malta, Chipre, Espanha e Países Baixos.

Quadro 3 - Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2008	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011
União Europeia	-2,4	-6,9	-6,5	-4,4	62,2	74,6	80,0	82,5
Área do euro	-2,1	-6,3	-6,2	-4,1	70,2	80,0	85,4	87,3
Bélgica	-1,0	-5,5	-3,8	-3,7	89,2	95,7	95,5	97,8
Alemanha	-0,1	-3,1	-4,1	-0,8	66,8	74,5	82,5	80,5
Irlanda	-7,4	-13,9	-30,9	-13,4	44,5	64,9	92,2	106,4
Grécia	-9,8	-15,6	-10,7	-9,4	112,9	129,7	148,3	170,6
Espanha	-4,5	-11,2	-9,7	-9,4	40,2	53,9	61,5	69,3
França	-3,3	-7,5	-7,1	-5,2	68,2	79,2	82,3	86,0
Itália	-2,7	-5,4	-4,5	-3,9	106,1	116,4	119,2	120,7
Chipre	0,9	-6,1	-5,3	-6,3	48,9	58,5	61,3	71,1
Luxemburgo	3,2	-0,8	-0,8	-0,3	14,4	15,3	19,2	18,3
Malta	-4,6	-3,9	-3,6	-2,7	62,0	67,6	68,3	70,9
Países Baixos	0,5	-5,6	-5,1	-4,5	58,5	60,8	63,1	65,5
Áustria	-0,9	-4,1	-4,5	-2,5	63,8	69,2	72,0	72,4
Portugal	-3,6	-10,2	-9,8	-4,4	71,7	83,2	93,5	108,1
Eslovénia	-1,9	-6,0	-5,7	-6,4	22,0	35,0	38,6	46,9
Finlândia	4,4	-2,5	-2,5	-0,6	33,9	43,5	48,6	49,0
Eslováquia	-2,1	-8,0	-7,7	-4,9	27,9	35,6	41,0	43,3
Bulgária	1,7	-4,3	-3,1	-2,0	13,7	14,6	16,2	16,3
República Checa	-2,2	-5,8	-4,8	-3,3	28,7	34,2	37,8	40,8
Dinamarca	3,2	-2,7	-2,5	-1,8	33,4	40,6	42,9	46,6
Estónia	-2,9	-2,0	0,2	1,1	4,5	7,2	6,7	6,1
Letónia	-4,2	-9,8	-8,1	-3,4	19,8	36,7	44,5	42,2
Lituânia	-3,3	-9,4	-7,2	-5,5	15,5	29,3	37,9	38,5
Hungria	-3,7	-4,6	-4,4	4,3	73,0	79,8	81,8	81,4
Polónia	-3,7	-7,4	-7,9	-5,0	47,1	50,9	54,8	56,4
Roménia	-5,7	-9,0	-6,8	-5,5	13,4	23,6	30,5	33,4
Suécia	2,2	-0,7	0,3	0,4	38,8	42,6	39,5	38,4
Reino Unido	-5,1	-11,5	-10,2	-7,8	52,3	67,8	79,4	85,0

Fonte: Eurostat, Euro-Indicators, 22 de outubro de 2012.

Ajustamento de Passagem do Défice à Variação da Dívida

O ajustamento de passagem do défice à variação da dívida obtém-se através na diferença entre a variação da dívida pública e o défice orçamental, para um dado período de análise.

Em 2011, este ajustamento foi particularmente significativo em Portugal, atingindo o valor de 9,2% do PIB, justificado, principalmente, pela acumulação de depósitos da administração central (6,0% do PIB), dados os montantes não utilizados do programa de financiamento do PAEF. Adicionalmente, regista-se ainda um aumento dos outros ativos financeiros (2,4%) em virtude da transferência parcial dos fundos de pensões da banca, a realizar em 2012, numa base de caixa (Quadro 4).

Quadro 4 - Ajustamento Défice – Dívida em Portugal

	(% PIB)			
	2008	2009	2010	2011
Ajustamentos <i>Stock-Flow</i>	0,7	-0,1	2,5	9,2
Aquisição líquida de activos financeiros	0,7	0,6	2,8	8,5
Moeda e depósitos	-0,3	-0,3	0,4	6,0
Títulos excluindo acções	-0,5	0,2	-0,3	0,1
Empréstimos	0,4	-0,1	0,7	0,3
Acções e outras participações	1,2	0,6	0,9	-0,2
Outros activos financeiros	0,1	0,3	1,0	2,4
Outros ajustamentos (ajust.+discrep.est.)	0,1	-0,7	-0,3	0,7

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, outubro 2012.

Artigos

Em Análise

Comércio Internacional de Mercadorias com Moçambique

Walter Anatole Marques ⁷

1 - Moçambique e a SADC

Em 1980, a partir de uma declaração de Chefes de Estado de nove países africanos (Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe), foi criada a SADCC – *Southern African Development Coordination Conference*. Pretendia-se então coordenar, com a ajuda de capital estrangeiro, o desenvolvimento económico dos Estados fundadores.

Os objetivos prioritários apontavam para a redução da dependência económica, principalmente em relação à República da África do Sul, e para a criação de laços visando uma integração regional. Contudo esta organização não chegou a ser uma comunidade económica.

Em 1992, dois anos após a libertação de Nelson Mandela e o fim do *apartheid* na África Sul, os países membros decidiram transformar a SADCC numa organização regional visando uma verdadeira integração económica dos países da África Austral, a SADC - *Southern African Development Community* (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), que engloba presentemente quinze países, entre os quais Moçambique (Fig.1).

O tratado que constituiu a SADC definiu como objetivos:

- Aprofundar a cooperação económica com base no equilíbrio, igualdade e benefícios mútuos, proporcionando um livre movimento dos fatores de produção através das fronteiras nacionais;
- O estabelecimento de um sistema de valores económicos, políticos e sociais, tais como livre empresa, eleições livres e sistemas multipartidários, respeito pelo cumprimento da lei, garantia dos direitos humanos e boa governação.

De acordo com estatísticas divulgadas pela SADC, em 2010 mais de 58% das importações moçambicanas tiveram origem em países da SADC. O quase exclusivo fornecedor foi a África do Sul (57,8%), com destaque para os agrupamentos de produtos “Energéticos”, “Agroalimentares”, “Máquinas”, “Material de Transporte”, “Químicos” e “Minérios e Metais” (ver composição dos agrupamentos no Anexo 1).

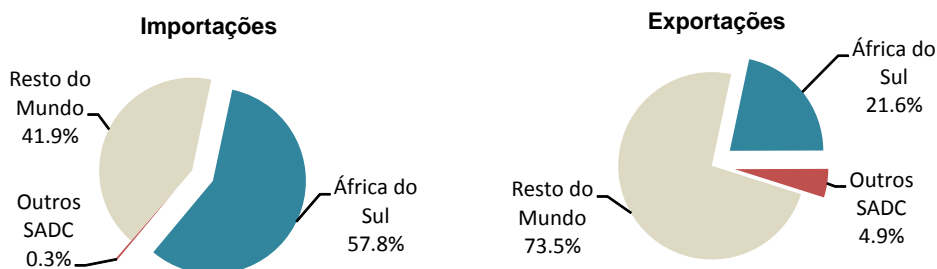
⁷ Assessor Principal da Função Pública (AP). Este trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

Fig.1 - Países da SADC



Já na vertente das exportações moçambicanas o peso da SADC foi bastante inferior (cerca de 27% do total), cabendo ainda à África do Sul a posição dominante (21,6%), com maior incidência no grupo de produtos “Energéticos” (Fig.2).

Fig-2 - Peso relativo da SADC no comércio externo de Moçambique



Fonte: A partir de dados de base da SADC - Southern African Development Community

2 – Balança Comercial de Moçambique

Não foi possível encontrar, construída em portais oficiais de Moçambique, uma balança comercial de mercadorias atualizada, assim como informação desagregada correspondente às importações e às exportações, razão por que se recorreu aos dados do comércio externo dos últimos cinco anos (2006 a 2010) disponíveis na base de dados do ITC – *International Trade Centre*, que por sua vez assentam em cálculos elaborados a partir de dados oficiais fornecidos às Nações Unidas (*UN Comtrade Statistics*).

Contudo, verifica-se que os dados relativos às importações e às exportações, fornecidos pelo país àquela organização internacional, pecam por defeito (à exceção das importações em 2006), quando comparados com o somatório dos dados correspondentes declarados pelos diversos parceiros comerciais (*mirror statistics*), facto que, entre outras causas, poderá estar também eventualmente relacionado com a existência de comércio informal.

Desconhecendo-se os fatores médios de conversão Fob-Cif aplicáveis em cada um dos casos, não é possível avaliar com rigor as diferenças efetivas, mas é notório que as mais significativas ocorreram no último ano (2010), com maior desvio do lado das exportações (-35,2%) do que das importações (-25,1%).

Informação disponível no portal da SADC para as importações e exportações globais de Moçambique em 2010, à parte a imprecisão Fob-Cif já referida, aponta para valores da mesma ordem de grandeza dos constantes da balança construída a partir das *mirror statistics* (Fig.3).

Fig.3 - Balança Comercial de Moçambique

1-Estatísticas nacionais

milhões de Euros e percentagem

	2006	2007	2008	2009	2010
Importação (Cif)	2 284	2 225	2 724	2 699	2 684
TVH	-	-2.6	22.4	-0.9	-0.6
Exportação (Fob)	1 895	1 760	1 803	1 540	1 689
TVH	-	-7.2	2.5	-14.6	9.7
Saldo (Fob-Cif)	-389	-465	-921	-1 159	-995
TVH	-	19.7	97.9	25.9	-14.2
Cobertura (Fob/Cif)	83.0	79.1	66.2	57.0	62.9

2-"Mirror-statistics"

milhões de Euros e percentagem

	2006	2007	2008	2009	2010
Importação (Fob)	2 243	2 582	2 733	2 837	3 585
TVH	-	15.1	5.8	3.8	26.4
Exportação (Cif)	2 013	2 259	1 942	1 755	2 608
TVH	-	12.2	-14.0	-9.6	48.6
Saldo (Cif-Fob)	-230	-324	-791	-1 082	-977
TVH	-	40.5	144.6	36.7	-9.7
Cobertura (Cif/Fob)	89.7	87.5	71.0	61.9	72.8

Taxas de desfasamento - ('1' / '2' x100-100)

Importação	1.8	-13.8	-0.3	-4.9	-25.1
Exportação	-5.8	-22.1	-7.1	-12.3	-35.2
Saldo	68.7	43.7	16.3	7.2	1.9

Nota: Nas "Mirror Statistics" não é possível fazer as conversões Cif-Fob por desconhecimento dos diversos factores aplicáveis.

Fonte: A partir de cálculos ITC - International Trade Statistics, baseados em dados fornecidos a UN Comtrade Statistics.

3 – Importações Moçambicanas

Na análise que se segue vai ser utilizada informação extraída da base de dados do ITC para o período de 2006 a 2010, que por sua vez assenta em dados de fonte moçambicana reportados à ONU, subavaliados em relação aos anteriores. De acordo com a fonte, em 2010 as importações com origem na África do Sul pesaram 34,4% no total, a que se seguiram as dos Países Baixos (18,0%), da Índia (5,7%), de Portugal (4,3%), da China (3,7%) e do Japão (3,5%), que no seu conjunto explicaram cerca de 70% das importações totais (Fig. 4).

**Fig. 4 - Principais mercados de origem das importações de Moçambique
2006 a 2010**

(Ordenados por ordem decrescente de valor em 2010)

Origem	milhões de Euros					Taxa média anual	Estrutura (%)	
	2006	2007	2008	2009	2010		2006	2010
Total	2 284	2 225	2 724	2 699	2 684	4.1	100.0	100.0
África do Sul	755	708	792	956	924	5.2	33.1	34.4
P.Baixos	295	327	474	350	484	13.2	12.9	18.0
Índia	109	96	98	175	152	8.7	4.8	5.7
Portugal	71	76	79	102	116	13.1	3.1	4.3
China	66	75	106	124	98	10.4	2.9	3.7
Japão	54	69	87	102	95	15.2	2.4	3.5
Bahrain	40	0	183	11	71	15.4	1.8	2.6
Alemanha	49	25	44	48	60	5.2	2.1	2.2
Itália	17	19	21	41	56	34.7	0.7	2.1
EUA	81	59	109	97	56	-8.8	3.5	2.1
Tanzânia	5	7	6	10	46	74.2	0.2	1.7
R.Unido	17	12	35	20	43	26.1	0.7	1.6
Tailândia	29	41	59	92	39	7.7	1.3	1.5
Paquistão	33	30	26	40	37	2.9	1.4	1.4
Emiratos	91	73	70	54	36	-20.7	4.0	1.3
Kuwait	1	3	2	12	34	141.5	0.0	1.3
Libéria	0	0	0	0	27		0.0	1.0
Malásia	14	11	35	33	26	16.7	0.6	1.0
Países n.e.	144	280	70	1	18	-40.5	6.3	0.7
Brasil	24	19	18	24	17	-8.3	1.1	0.6
França	21	19	16	22	17	-5.1	0.9	0.6
<i>% do Total:</i>	<i>83.9</i>	<i>87.6</i>	<i>85.5</i>	<i>85.7</i>	<i>91.4</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

Fonte: A partir de cálculos do ITC - International Trade Centre, baseados em dados fornecidos a UN Comtrade Statistics.

A taxa média de crescimento anual ao longo desses cinco anos terá sido de +4,1%, com taxas de +5,2% para a África do Sul, +13,2% para os Países Baixos, +8,7% para a Índia, +13,1% para Portugal, +10,4% para a China e +15,2% para o Japão.

Se utilizarmos a informação dos países fornecedores relativa às exportações (Fob) para Moçambique em 2010, verifica-se que o total das importações constante do quadro anterior estará subavaliado em 901 milhões de Euros, incidindo as maiores diferenças na África do Sul (-502 milhões), China (-276), Índia (-221) e EUA (-113), sendo o diferencial de Portugal de apenas -33 milhões de Euros (Fig. 5).

O “*ranking*” dos principais países fornecedores será agora: África do Sul, 39,8%, China e Índia, 10,4% cada, EUA, 4,7% e Portugal, 4,2%.

Por sua vez as importações provenientes dos Países Baixos encontram-se sobreavaliadas em 428 milhões de Euros por Moçambique, face ao valor indicado pelo exportador, sendo 96% do total atribuído ao Capítulo 99 (comércio de natureza confidencial ou de mercadorias não classificadas noutra parte da nomenclatura do Sistema Harmonizado), com valor nulo segundo as estatísticas de exportação dos Países Baixos, traduzindo provavelmente o chamado efeito Roterdão, ou seja, mercadorias exportadas por países europeus através do porto de Roterdão, a que foi atribuída em Moçambique a sua origem nos Países Baixos.

Dados já disponíveis para 2011 na base de dados do ITC para alguns países, apontam para crescimentos consideráveis nas exportações para Moçambique dos principais fornecedores.

Fig. 5 - Principais fornecedores das Importações de Moçambique
Mirror statistics

Valores declarados por Moç. (Cif) e pelos fornecedores (Fob)

milhões de Euros

Origem	2008			2009			2010			TVH 2011 Mirror (%)
	Moç (1)	Mirror (2)	Δ (1)-(2)	Moç (1)	Mirror (2)	Δ (1)-(2)	Moç (1)	Mirror (2)	Δ (1)-(2)	
Total	2 724	2 733	-9	2 699	2 837	-138	2 684	3 585	-901	-
dos quais:										
África do Sul	792	1 094	-302	956	1 152	-196	924	1 426	-502	24.2
P.Baixos	474	20	454	350	19	331	484	56	428	1.8
Índia	98	288	-190	175	262	-87	152	373	-221	
Portugal	79	90	-11	102	119	-17	116	149	-33	45.6
China	106	201	-95	124	243	-119	98	374	-276	34.8
Japão	87	35	52	102	39	63	95	70	25	11.4
Bahrain	183	0	183	11	0	11	71	0	71	
Alemanha	44	42	2	48	92	-44	60	62	-2	-9.7
Itália	21	24	-3	41	39	2	56	49	7	2.0
EUA	109	145	-36	97	136	-39	56	169	-113	92.3
Tanzânia	6	23	-17	10	16	-6	46	14	32	235.7
R.Unido	35	14	21	20	17	3	43	38	5	13.2
Tailândia	59	66	-7	92	128	-36	39	85	-46	34.1
Paquistão	26	33	-7	40	42	-2	37	71	-34	
Emiratos	70	40	30	54	44	10	36	0	36	
Kuwait	2	0	2	12	0	12	34	0	34	
Libéria	0	0	0	0	0	0	27	27	0	
Malásia	35	44	-9	33	30	3	26	47	-21	-44.7
Países n.e.	70	n.d.	-	1	n.d.	-	18	n.d.	-	
Brasil	18	22	-4	24	78	-54	17	30	-13	93.3
França	16	24	-8	22	46	-24	17	52	-35	17.3
(%) do Total	85.5	80.7		85.7	88.2		91.4	86.2		

Fonte: A partir de cálculos do ITC - International Trade Centre, baseados em UN Comtrade statistics.

As principais importações, mercê da imprecisão do aludido Capítulo 99, incidiram em 2010 no agrupamento “Produtos acabados diversos” (20,9% do total), a que se seguiram os agrupamentos “Energéticos” (19,9%), “Máquinas” (14,4%), principalmente máquinas e aparelhos mecânicos, “Agroalimentares” (11,8%), com destaque para os cereais, gorduras e óleos alimentares, “Material de transporte” (11,2%), basicamente veículos automóveis, “Químicos” (8,6%), principalmente plásticos, adubos e produtos farmacêuticos, e “Minérios e metais” (8,6%), com destaque para o ferro e suas obras. Com pesos inferiores, os agrupamentos “Madeira, cortiça e papel” (2,3%), “Peles couros e têxteis” (1,5%) e “Vestuário e calçado” (0,8%) (Fig. 6).

Fig. 6 - Importações em Moçambique por grupos de produtos e principais Capítulos (SH-2) - 2006 a 2010 -

cap	Agrupamentos de Produtos e Cap's do SH	milhões de Euros					TVH				Taxa média anual	Estr. (%) 2010
		2006	2007	2008	2009	2010	07/06	08/07	09/08	10/09		
	Total	2 284	2 225	2 724	2 699	2 684	-2.6	22.4	-0.9	-0.6	4.1	100.0
	I Produtos acabados diversos	542	473	546	442	560	-12.8	15.4	-19.1	26.8	0.8	20.9
	<i>dos quais:</i>											
99	Comércio conf/enc postais; prov bordo	456	401	459	336	465	-12.0	14.3	-26.8	38.4	0.5	17.3
90	Aparelh óptic/fotog/medida/médicos	33	23	30	36	30	-30.1	29.6	19.0	-16.2	-2.5	1.1
94	Mobiliário/colchões/candeeiros	24	20	25	30	27	-15.3	24.6	20.5	-12.3	2.8	1.0
	B Energéticos	388	362	552	418	535	-6.6	52.2	-24.2	28.1	8.4	19.9
	G Máquinas	317	313	362	423	387	-1.1	15.5	16.9	-8.5	5.1	14.4
	<i>dos quais:</i>											
84	Máq/aparelh mecânic e suas partes	206	183	213	285	272	-11.2	16.6	33.9	-4.7	7.2	10.1
85	Máq/aparelh eléctric; grav som/imagem	111	130	149	137	115	17.6	14.0	-7.5	-16.4	0.9	4.3
	A Agro-alimentares	317	400	393	423	316	26.2	-1.6	7.5	-25.2	0.0	11.8
	<i>dos quais:</i>											
10	Cereais	143	132	166	198	112	-7.4	25.4	19.0	-43.2	-5.8	4.2
15	Gorduras e óleos animais e vegetais	36	35	76	57	59	-3.0	115.1	-24.5	1.9	12.6	2.2
03	Peixes, crustáceos e moluscos	23	18	25	27	26	-21.9	35.3	8.2	-3.8	2.4	1.0
04	Leite e lacticínios, ovos, mel	26	35	15	18	19	38.8	-57.1	19.6	1.7	-7.7	0.7
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	7	9	11	12	17	17.9	23.9	14.4	34.4	22.4	0.6
	H Material de transporte	243	229	300	351	301	-5.7	31.1	16.8	-14.1	5.5	11.2
	<i>dos quais:</i>											
87	Automóv/tractores/ciclos/acess'órios	221	213	281	325	278	-3.6	31.9	15.4	-14.5	5.8	10.3
	C Químicos	194	199	260	242	230	2.2	30.9	-6.9	-4.8	4.3	8.6
	<i>dos quais:</i>											
39	Plástico e suas obras	36	38	55	56	47	5.7	46.7	1.0	-15.5	7.3	1.8
31	Aduos e fertilizantes	17	10	49	34	35	-39.8	381.2	-31.0	3.6	20.0	1.3
30	Produtos farmacêuticos	37	38	42	31	34	2.7	8.5	-24.9	8.6	-2.3	1.3
40	Borracha e suas obras	30	40	26	28	32	34.5	-34.3	7.6	13.6	1.9	1.2
34	Sabões; lubrificant; ceras artíf; velas	12	13	17	19	20	4.3	33.5	13.5	3.1	13.0	0.7
33	Perfumaria e cosméticos	14	12	17	19	17	-13.2	45.8	12.4	-11.1	6.0	0.6
38	Prod. diversos das ind. químicas	24	28	24	21	16	17.0	-12.9	-14.4	-20.6	-8.8	0.6
	F Minérios e metais	169	146	179	240	230	-13.3	22.5	33.7	-4.2	8.0	8.6
	<i>dos quais:</i>											
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	55	67	60	75	77	22.3	-10.9	26.1	2.7	9.0	2.9
72	Ferro fundido, ferro e aço	51	35	55	69	64	-31.9	57.8	25.6	-6.4	6.0	2.4
25	Sal, pedras; gesso, cal e cimento	41	23	39	61	50	-43.9	69.6	55.3	-17.4	5.1	1.9
82	Ferramentas/cutelari/talheres	6	7	9	15	16	11.8	20.8	70.5	12.9	27.0	0.6
	D Madeira, cortiça e papel	62	52	70	80	63	-17.3	36.0	13.7	-21.1	0.2	2.3
	<i>dos quais:</i>											
48	Papel, cartão e suas obras	29	21	30	36	32	-25.7	38.7	19.6	-11.4	2.2	1.2
49	Livros, jornais, gravuras, artes gráficas	20	21	21	30	18	8.6	-4.2	44.5	-40.8	-2.9	0.7
	E Têxteis e vestuário	44	44	53	70	51	-1.2	19.9	34.1	-27.8	3.5	1.9
	<i>dos quais:</i>											
63	Outros artefactos têxteis	18	17	18	26	21	-6.3	10.7	44.3	-21.8	4.0	0.8
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	7	10	11	17	8	46.8	11.7	55.9	-50.5	6.1	0.3
	F Calçado, peles e couros	8	8	10	12	11	-6.1	25.6	18.8	-8.8	6.3	0.4

Fonte: A partir de cálculos ITC - International Trade Centre, baseados em dados fornecidos a UN Comtrade Statistics.

4 – Exportações Moçambicanas

Segundo os dados disponibilizados por Moçambique, as principais exportações em 2010 terão sido encaminhadas para os Países Baixos, com um valor de 890 milhões de Euros, ou seja 52,7% do total, cabendo 98,1% ao capítulo 76 (Alumínio), podendo aplicar-se também aqui explicação idêntica à atrás apontada, já que o país declara ter importado de Moçambique mercadorias no valor de apenas 26 milhões de Euros, principalmente tabaco e alguma fruta, sendo nulas as importações de produtos do capítulo 99.

O segundo maior destino terá sido a África do Sul (20,8%), seguida de Portugal (4,8%), China (3,5%) e Zimbabwe (3,2%) (Fig.7).

A taxa média anual de crescimento das exportações no período de 2006 a 2010 foi negativa (-2,8%), tendo a de Portugal registado um ritmo de crescimento significativo (+36,3%).

**Fig. 7 - Principais mercados de destino das Exportações de Moçambique
2006 a 2010**

(Ordenados por ordem decrescente de valor em 2010)

Origem	1000 Euros					Taxa média anual	Estrut. 2010 (%)
	2006	2007	2008	2009	2010		
Total	1 895 469	1 759 686	1 803 299	1 539 597	1 689 201	-2.8	100.0
Netherlands	16 589	7 627	1 003 428	640 982	890 097	170.6	52.7
South Africa	287 932	313 216	180 476	330 058	351 855	5.1	20.8
Portugal	23 673	29 136	17 952	23 081	81 591	36.3	4.8
China	26 221	32 129	35 073	53 403	59 921	23.0	3.5
Zimbabwe	60 601	53 496	55 288	52 916	54 273	-2.7	3.2
Spain	34 624	24 685	34 695	22 546	23 046	-9.7	1.4
India	24 038	11 610	19 303	40 521	22 920	-1.2	1.4
Malawi	19 692	12 713	31 786	33 492	20 310	0.8	1.2
Germany	20 594	6 597	16 794	17 793	15 362	-7.1	0.9
Area Nes	1 212 052	1 155 616	218 278	63 413	14 593	-66.9	0.9
Indonesia	10 415	7 136	1 453	5 396	13 531	6.8	0.8
United States of	5 186	1 633	12 347	29 708	12 372	24.3	0.7
Russian	7 082	3 717	16 318	21 155	10 240	9.7	0.6
Singapore	2 781	943	1 282	20 347	8 273	31.3	0.5
Belgium	2 603	2 652	17 003	10 793	6 426	25.3	0.4
Turkey	5 923	2 743	3 260	8 837	6 125	0.8	0.4
Poland	4 159	3 201	12 095	17 402	5 980	9.5	0.4
Switzerland	41 900	5 057	9 739	6 876	5 898	-38.7	0.3
Malaysia	7 183	319	4 024	8 393	5 425	-6.8	0.3
Mexico	91	1 015	2 638	1 145	4 968	172.0	0.3
United Arab	2 804	3 956	7 469	6 120	4 900	15.0	0.3
Ireland	0	9	0	343	4 641	-	0.3
<i>% do Total:</i>	<i>95.8</i>	<i>95.4</i>	<i>94.3</i>	<i>91.9</i>	<i>96.1</i>		

Fonte: A partir de cálculos do ITC - International Trade Statistics, baseados em dados fornecidos a UN Comtrade Statistics.

Cerca de 54% das exportações em 2010 incidiram no agrupamento “Minérios e metais”, centradas no alumínio e suas obras. Seguiram-se os “Energéticos” (19,9%), essencialmente eletricidade e também refinados de petróleo e os “Agroalimentares” (15,5%), com destaque para o tabaco, crustáceos, frutas, sementes de oleaginosas e produtos hortícolas (Fig. 8).

Fig. 8 - Exportações de Moçambique por grupos de produtos e principais Capítulos (SH-2)
- 2006 a 2010 -

cap	Agrupamentos de Produtos e Cap's do SH	milhões de Euros					TVH				Taxa média anual	Estr. (%) 2010
		2006	2007	2008	2009	2010	07/06	08/07	09/08	10/09		
	Total	1 895	1 760	1 803	1 540	1 689	-7.2	2.5	-14.6	9.7	-2.8	100.0
	F Minérios e metais	1 143	1 136	1 051	73	906	-0.6	-7.5	-93.0	1132.2	-5.6	53.6
	<i>dos quais:</i>											
76	Alumínio e suas obras	1 117	1 107	987	0	874	-0.9	-10.8	-100.0	-	-6.0	51.7
26	Minérios, escórias e cinzas	1	5	27	43	16	315.6	479.9	59.1	-62.5	94.7	0.9
	B Energéticos	278	272	196	268	337	-2.0	-28.2	37.2	25.6	4.9	19.9
	A Agro-alimentares	291	196	265	358	262	-32.5	35.4	34.9	-26.9	-2.6	15.5
	<i>dos quais:</i>											
24	Tabaco e seus sucedâneos manufact.	88	38	133	130	109	-57.0	250.8	-2.3	-16.0	5.5	6.4
03	Peixes, crustáceos e moluscos	77	51	51	47	43	-33.5	0.6	-8.8	-9.1	-13.7	2.5
08	Frutas, cascas de citrinos e melões	34	19	26	28	33	-42.8	33.9	8.6	16.2	-0.8	1.9
12	Sementes/frutos de oleaginosas	12	21	27	35	23	75.3	27.6	29.6	-34.3	17.5	1.4
07	Prod hortícolas, raízes e tubérculos	2	5	7	29	22	144.3	62.3	298.5	-26.3	84.7	1.3
11	Prod moagem, amidos, féculas, glúten	1	1	1	12	8	-48.3	138.6	907.1	-37.4	67.0	0.5
17	Açúcares e produtos de confeitaria	38	43	1	45	7	13.3	-97.9	4772.1	-84.4	-34.6	0.4
	J Prod. acabados diversos	35	17	142	632	65	-52.8	760.2	343.7	-89.6	16.9	3.9
	<i>dos quais:</i>											
99	Comércio conf/enc postais; prov bordo	30	13	135	622	63	-56.8	945.4	360.1	-89.9	20.4	3.7
90	Aparelh óptic/fotog/medida/médicos	2	2	2	7	1	15.0	2.2	225.3	-87.5	-16.9	0.1
	D Madeira, cortiça e papel	40	38	34	51	53	-5.2	-9.8	49.1	4.9	7.5	3.2
	<i>dos quais:</i>											
44	Madeira e suas obras; carvão vegetal	28	23	26	27	42	-18.3	14.3	3.4	53.9	10.4	2.5
49	Livros, jornais, gravuras, artes gráficas	11	13	7	20	10	25.4	-50.5	195.8	-49.7	-2.0	0.6
	E Têxteis e vestuário	43	31	41	27	35	-26.9	30.4	-34.2	29.9	-5.0	2.1
	<i>dos quais:</i>											
50	Seda	0	0	0	0	22	-	-	-	-	-	1.3
52	Algodão	36	26	35	19	6	-28.3	35.1	-45.9	-69.3	-36.7	0.3
	H Máquinas	29	34	41	63	20	19.7	20.1	53.5	-68.0	-8.3	1.2
	<i>dos quais:</i>											
84	Máquinas e aparelh mecânicos	26	30	36	56	18	13.9	22.4	56.0	-68.4	-9.0	1.1
	I Material de transporte	35	28	27	61	9	-20.2	-4.4	129.1	-85.7	-29.3	0.5
	<i>dos quais:</i>											
89	Embarcações e estruturas flutuantes	6	3	12	27	6	-55.0	355.4	131.2	-79.6	-0.8	0.3
87	Automóv/tractores/ciclos/acessórios	19	9	11	20	3	-52.7	16.4	91.0	-85.1	-37.1	0.2
	F Calçado, peles e couros	0	1	1	0	0	58.8	-3.2	-80.2	114.9	-10.0	0.0

Fonte: A partir de cálculos ITC - International Trade Centre, baseados em dados fornecidos a UN Comtrade Statistics.

5 – Balança Comercial de Portugal com Moçambique

A balança comercial de Portugal com Moçambique é francamente favorável a Portugal, com elevadas taxas de cobertura das importações pelas exportações (Fig. 9).

De acordo com dados nacionais de fonte INE, entre 2006 e 2011 a taxa média anual de crescimento das importações provenientes de Moçambique foi de 7,9%, enquanto que a das exportações alcançou 24,2%. Os maiores incrementos ocorreram em 2011, com as importações a crescerem +43,9% e as exportações +44,3%.

Dados disponíveis para o primeiro trimestre de 2012, apontam para novos e significativos aumentos, +41,7% do lado das importações e +95,4% do lado das exportações.

**Fig. 9 - Balança comercial de mercadorias de Portugal com Moçambique
- 2006 a 2011 e Jan-Mar de 2011 e 2012 -**

Valores em 1000 Euros

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan-Mar	
							2011	2012
Importação (Cif)	28 685	25 641	33 687	42 800	29 184	41 983	3 244	4 599
<i>t.v.h.</i>	-	-10.6	31.4	27.0	-31.8	43.9	-	41.7
Exportação (Fob)	73 720	89 408	92 358	120 883	150 939	217 873	39 424	77 030
<i>t.v.h.</i>	-	21.3	3.3	30.9	24.9	44.3	-	95.4
Saldo (Fob-Cif)	45 035	63 767	58 671	78 083	121 755	175 890	36 180	72 431
<i>t.v.h.</i>	-	41.6	-8.0	33.1	55.9	44.5	-	100.2
Cobertura (Fob/Cif)	257.0	348.7	274.2	282.4	517.2	519.0	1215.1	1675.1

Fonte: a partir de dados de base do INE.

Também aqui existem diferenças entre as estatísticas portuguesas e as reportadas por Moçambique à ONU (Fig. 10). No período de 2006 a 2010 os dados moçambicanos estão subavaliados face aos da exportação para Moçambique constantes das estatísticas do INE, o mesmo sucedendo na importação em 2008 e 2009. Contudo em 2010, na importação, inverteu-se a tendência, e o valor indicado por Moçambique é muito superior ao indicado pelo INE, incidindo a principal discrepância no Capítulo 99 (comércio de natureza confidencial ou de mercadorias não classificadas noutra parte da nomenclatura), que representou 77,1% do total, com um valor nulo nas estatísticas nacionais.

**Fig. 10 - Balança comercial de mercadorias de Portugal com Moçambique
- 2006 a 2010 -**

Taxas de desfasamento INE / "mirror statistics"

	2006	2007	2008	2009	2010
Importação	21.2	-12.0	87.7	85.4	-64.2
Exportação	3.5	18.3	17.3	18.8	30.0
Saldo	-5.4	37.3	-3.5	-0.8	252.9

Nota: Nas "Mirror Statistics" não é possível fazer as conversões Cif-Fob por desconhecimento dos diversos factores médios aplicáveis.

Fonte: A partir de cálculos ITC - International Trade Statistics, baseados em dados fornecidos a UN Comtrade Statistics por Moçambique.

6 – Importações portuguesas com origem em Moçambique

• 2010 e 2011

As importações portuguesas com origem em Moçambique são pouco diversificadas, centrando-se em 2011 nos grupos de produtos "Agroalimentares" (93,4% do total), "Têxteis, vestuário, calçado, peles e couros" (5,5%) e "Minérios e metais" (0,4%), não tendo havido neste ano importações de alumínio (Fig. 11).

Fig. 11 - Importações de mercadorias com origem em Moçambique por grupos de produtos e principais capítulos do SH - 2010 e 2011 -

Período: Janeiro a Dezembro

Cap	Agrupamentos de Produtos e Cap's do SH	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
		2010	2011		2010	2011
	Total das Importações	29 184	41 983	43.9	100.0	100.0
A	Agro-alimentares	26 770	39 192	46.4	91.7	93.4
	<i>dos quais:</i>					
17	Açúcares e produtos de confeitaria	15 636	20 705	32.4	53.6	49.3
03	Peixes, crustáceos e moluscos	11 050	9 344	-15.4	37.9	22.3
24	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	0	8 932		0.0	21.3
E	Têxteis, vestuário, calçado, peles e couros	418	2 319	454.8	1.4	5.5
	<i>dos quais:</i>					
52	Algodão	173	2 242	1196.9	0.6	5.3
53	Outr fibras têxteis vegetais; fios e tecidos de papel	11	45	315.2	0.0	0.1
56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, cordoaria	155	10	-93.6	0.5	0.0
41	Peles, excepto com pêlo, e couros	41	9	-77.2	0.1	0.0
62	Vestuário excepto de malha e seus acessórios	25	6	-77.4	0.1	0.0
G	Máquinas	300	205	-31.7	1.0	0.5
84	Máq/aparelh mecânic; react nucl; caldeiras; s/partes	274	34	-87.6	0.9	0.1
85	Máq/aparelh eléctric; grav som/imagem; s/partes	26	171	567.1	0.1	0.4
F	Minérios e metais	1 453	152	-89.5	5.0	0.4
	<i>dos quais:</i>					
71	Pérolas; pedras prec e semi; metais prec; bijuteria	6	91	1498.0	0.0	0.2
25	Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	49	49	-1.7	0.2	0.1
82	Ferramentas/cutelari/talheres met comum; s/partes	1	11	730.0	0.0	0.0
76	Alumínio e suas obras	1 396	0	-100.0	4.8	0.0
	Outros	244	114	-53.0	0.8	0.3

Fonte: a partir de dados de base do INE.

Em 2011 o aumento das importações de produtos “Agroalimentares” (+46,4%) incidiu no tabaco, não importado no ano anterior, que faturou cerca de nove milhões de Euros, e no açúcar de cana (+32,4%), tendo decrescido as importações de crustáceos, essencialmente camarão, não suficientemente compensadas pelo incremento das de lagosta (-15,4%).

No grupo onde se incluem os têxteis, de assinalar o acréscimo das importações de algodão, que passaram de pouco mais de 400 mil Euros, em 2010, para 2,3 milhões no ano seguinte.

Quebra significativa verificou-se no âmbito dos “Minérios e metais”, com a anulação das importações de alumínio, que em 2010 tinham rondado 1,4 milhões de Euros.

● 1º Trimestre de 2011 e 2012

No primeiro trimestre de 2012 as importações aumentaram +41,7% em relação ao período homólogo do ano anterior.

No grupo de produtos “Agroalimentares”, com um peso na estrutura de 88,2%, as importações aumentaram +27,5%. O grupo dos “Têxteis, vestuário, calçado, peles e couros”, 5,5% do total em 2012, sem movimento no trimestre homólogo, faturou 252 milhões de Euros, e o dos “Minérios e metais”, 3,9% na estrutura, viu o seu valor subir de 13 para 176 milhões de Euros, essencialmente ouro em formas brutas para uso não monetário. (Fig. 12).

Fig. 12 - Importações de mercadorias com origem em Moçambique por grupos de produtos e principais capítulos do SH - 1º trimestre de 2011 e 2012 -

Período: Janeiro a Março

Cap	Agrupamentos de Produtos e Cap's do SH	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
		2011	2012		2011	2012
	Total das Importações	3 244	4 599	41.7	100.0	100.0
A	Agro-alimentares	3 180	4 054	27.5	98.0	88.2
	<i>dos quais:</i>					
03	Peixes, crustáceos e moluscos	1 801	2 182	21.1	55.5	47.4
24	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	1 293	1 854	43.4	39.8	40.3
E	Têxteis, vestuário, calçado, peles e couros	0	252		0.0	5.5
52	Algodão	0	210		0.0	4.6
53	Outr fibras têxteis vegetais; fios e tecidos de papel	0	30		0.0	0.6
56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, cordoaria	0	12		0.0	0.3
F	Minérios e metais	13	178	1274.3	0.4	3.9
	<i>dos quais:</i>					
71	Pérolas; pedras prec e semi; metais prec; bijuteria	1	165	23670.4	0.0	3.6
25	Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	8	10		0.2	0.2
	Outros	52	114	119.9	1.6	2.5

Fonte: a partir de dados de base do INE.

6 – Exportações Portuguesas para Moçambique

• 2010 e 2011

Em 2011, as exportações portuguesas para Moçambique registaram um acréscimo em termos homólogos de +44,4%, tendo-se verificado aumentos em valor absoluto em todos os grupos de produtos: “Máquinas”, +31 milhões de Euros, tanto máquinas e aparelhos mecânicos como elétricos, “Material de transporte”, +15,1 milhões, distribuídos entre embarcações e veículos automóveis, “Minérios e metais”, +6,9 milhões, principalmente ferro e aço e suas obras, “Agroalimentares”, +4,5 milhões, “Químicas”, +3,2 milhões, “Produtos acabados diversos”, +2,7 milhões, com destaque para o mobiliário, “Têxteis, vestuário, calçado, peles e couros”, +1,5 milhões, e “madeira, cortiça e papel”, +1,1 milhões de Euros. As exportações de produtos “Energéticos” mantiveram-se a nível idêntico ao do ano anterior (Fig. 13).

• 1º Trimestre de 2011 e 2012

No primeiro trimestre de 2012 as exportações quase que duplicaram em relação ao trimestre homólogo do ano anterior (+95,4%), tendo pesado 2,5% no total dos Países Terceiros. Os maiores acréscimos em valor absoluto incidiram no grupo das “Máquinas” (+18,0 milhões de Euros), a que se seguiram os do “Material de transporte” (+8,7), dos “Agroalimentares” (+1,9), dos “Têxteis, vestuário, calçado, peles e couros” (+1,4), e dos “Produtos acabados diversos” (+1,0 milhões de Euros).

Entre os restantes grupos de produtos apenas se verificou uma quebra no grupo “Energéticos”, o menos representativo na estrutura das exportações (Fig. 14).

Fig 13 - Exportações de mercadorias portuguesas para Moçambique por grupos de produtos e principais capítulos do SH - 2010 e 2011 -

Período: Janeiro a Dezembro

Cap	Agrupamentos de Produtos e Cap's do SH	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
		2010	2011		2010	2011
	Total das Exportações	150 939	217 873	44.3	100.0	100.0
	A Agro-alimentares	18 076	23 010	27.3	12.0	10.6
	<i>dos quais:</i>					
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	4 729	6 295	33.1	3.1	2.9
16	Preparações carnes/peixes/crustáceos/moluscos	2 721	4 700	72.7	1.8	2.2
15	Gorduras e óleos animais e vegetais	2 759	2 519	-8.7	1.8	1.2
19	Prep base cereais ou leite; produtos de pasteleria	1 907	2 435	27.7	1.3	1.1
20	Prep de produtos hortícolas, frutas ou plantas	1 303	1 540	18.2	0.9	0.7
23	Resíduos ind aliment; alimentos prep p/animais	1 566	1 104	-29.5	1.0	0.5
04	Leite e lacticínios, ovos, mel	850	1 100	29.5	0.6	0.5
21	Preparações alimentícias diversas	670	982	46.6	0.4	0.5
	B Energéticos	2 098	2 102	0.2	1.4	1.0
	C Químicos	19 099	22 206	16.3	12.7	10.2
	<i>dos quais:</i>					
39	Plástico e suas obras	7 688	8 731	13.6	5.1	4.0
38	Produtos diversos das indústrias químicas	3 276	3 423	4.5	2.2	1.6
30	Produtos farmacêuticos	2 423	2 935	21.1	1.6	1.3
33	Óleos essenciais; perfumaria; cosméticos	1 147	1 530	33.4	0.8	0.7
32	Extratos tanantes; pigmentos; tintas e vernizes	1 802	1 489	-17.4	1.2	0.7
40	Borracha e suas obras	663	1 249	88.5	0.4	0.6
34	Sabões; lubrificant; ceras artíf; velas; prep dentista	1 057	1 100	4.1	0.7	0.5
	D Madeira, cortiça e papel	14 478	15 574	7.6	9.6	7.1
	<i>dos quais:</i>					
49	Livros, jornais, gravuras, prod indúst gráficas	10 277	8 496	-17.3	6.8	3.9
48	Papel, cartão e suas obras; obras pasta celulose	2 924	4 065	39.0	1.9	1.9
44	Madeira e suas obras; carvão vegetal	936	1 989	112.6	0.6	0.9
47	Pastas madeira/celulose; desperdíc papel/cartão	281	963	243.2	0.2	0.4
	E Têxteis, vestuário, calçado, peles e couros	4 290	5 811	35.4	2.8	2.7
	<i>dos quais:</i>					
63	Outr artefact têxt; calçado/chapéus usados; trapos	966	1 319	36.5	0.6	0.6
64	Calçado e suas partes	834	1 170	40.3	0.6	0.5
62	Vestuário excepto de malha e seus acessórios	939	1 088	15.8	0.6	0.5
61	Vestuário de malha e seus acessórios	439	813	85.4	0.3	0.4
	F Minérios e metais	17 069	23 984	40.5	11.3	11.0
	<i>dos quais:</i>					
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	9 253	12 976	40.2	6.1	6.0
76	Alumínio e suas obras	3 384	3 176	-6.2	2.2	1.5
72	Ferro fundido, ferro e aço	757	2 872	279.3	0.5	1.3
83	Obras diversas de metais comuns	1 799	2 140	19.0	1.2	1.0
82	Ferramentas/cutelari/talheres met comum; s/partes	1 134	1 824	60.9	0.8	0.8
	G Máquinas	49 828	81 835	64.2	33.0	37.6
	<i>dos quais:</i>					
84	Máq/aparelh mecânic; react nucl; caldeiras; s/partes	21 143	39 469	86.7	14.0	18.1
85	Máq/aparelh eléctrc; grav som/imagem; s/partes	28 685	42 366	47.7	19.0	19.4
	H Material de transporte	5 017	20 107	300.8	3.3	9.2
	<i>dos quais:</i>					
87	Automóv/tractores/ciclos/outr terrest; partes/acess	4 561	10 985	140.9	3.0	5.0
89	Embarcações e estruturas flutuantes	157	8 588	5383.5	0.1	3.9
	I Produtos acabados diversos	19 282	22 031	14.3	12.8	10.1
	<i>dos quais:</i>					
94	Mobiliário/colchões/almofad/candeeiros/pré-fabric	7 115	10 146	42.6	4.7	4.7
69	Produtos cerâmicos	3 569	4 343	21.7	2.4	2.0
90	Aparelh óptic/fotog/medida/precisão/médic; s/partes	5 694	3 235	-43.2	3.8	1.5
68	Obras de pedra/gesso/cimento/amianto/mica	605	1 598	163.9	0.4	0.7
70	Vidro e suas obras	1 713	1 184	-30.9	1.1	0.5

Fonte: a partir de dados de base do INE.

Fig. 14 - Exportações de mercadorias portuguesas para Moçambique por grupos de produtos e principais capítulos do SH - 1º trimestre de 2011 e 2012 -

Período: Janeiro a Março

Cap	Agrupamentos de Produtos e Cap's do SH	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
		2011	2012		2011	2012
	Total das Exportações	39 424	77 030	95.4	100.0	100.0
A	Agro-alimentares	4 694	6 630	41.2	11.9	8.6
	<i>dos quais:</i>					
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1 184	1 806	52.5	3.0	2.3
16	Preparações carnes/peixes/crustáceos/moluscos	1 233	1 220	-1.1	3.1	1.6
15	Gorduras e óleos animais e vegetais	478	916	91.6	1.2	1.2
19	Prep base cereais ou leite; produtos de pastelaria	534	585	9.5	1.4	0.8
20	Prep de produtos hortícolas, frutas ou plantas	200	429	114.4	0.5	0.6
04	Leite e lacticínios, ovos, mel	211	416	96.9	0.5	0.5
B	Energéticos	567	519	-8.4	1.4	0.7
C	Químicos	4 855	5 612	15.6	12.3	7.3
	<i>dos quais:</i>					
39	Plástico e suas obras	1 833	2 458	34.1	4.6	3.2
38	Produtos diversos das indústrias químicas	1 210	597	-50.7	3.1	0.8
30	Produtos farmacêuticos	702	881	25.5	1.8	1.1
33	Óleos essenciais; perfumaria; cosméticos	226	379	67.6	0.6	0.5
34	Sabões; lubrificant; ceras artif; velas; prep dentista	191	304	59.4	0.5	0.4
32	Extratos tanantes; pigmentos; tintas e vernizes	323	298	-7.6	0.8	0.4
D	Madeira, cortiça e papel	2 786	3 639	30.6	7.1	4.7
	<i>dos quais:</i>					
49	Livros, jornais, gravuras, prod indúst gráficas	1 068	1 620	51.7	2.7	2.1
48	Papel, cartão e suas obras; obras pasta celulose	1 003	1 433	42.9	2.5	1.9
44	Madeira e suas obras; carvão vegetal	418	410	-1.8	1.1	0.5
E	Têxteis, vestuário, calçado, peles e couros	1 157	2 555	120.8	2.9	3.3
	<i>dos quais:</i>					
57	Tapetes e outr revestimentos matérias têxteis	32	790	2390.6	0.1	1.0
63	Outr artefact têxt; calçado/chapéus usados; trapos	338	404	19.8	0.9	0.5
64	Calçado e suas partes	282	331	17.4	0.7	0.4
62	Vestuário excepto de malha e seus acessórios	128	305	137.9	0.3	0.4
61	Vestuário de malha e seus acessórios	76	272	258.8	0.2	0.4
F	Minérios e metais	4 065	9 249	127.5	10.3	12.0
	<i>dos quais:</i>					
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2 103	5 267	150.4	5.3	6.8
72	Ferro fundido, ferro e aço	318	1 218			
76	Alumínio e suas obras	596	1 088	82.6	1.5	1.4
83	Obras diversas de metais comuns	503	674	34.1	1.3	0.9
82	Ferramentas/cutelari/talheres met comum; s/partes	390	513	31.5	1.0	0.7
G	Máquinas	14 198	32 175	126.6	36.0	41.8
	<i>dos quais:</i>					
84	Máq/aparelh mecânic; react nucl; caldeiras; s/partes	6 958	16 782	141.2	17.6	21.8
85	Máq/aparelh eléctr; grav som/imagem; s/partes	7 240	15 393	112.6	18.4	20.0
H	Material de transporte	1 611	10 280	538.0	4.1	13.3
	<i>dos quais:</i>					
89	Embarcações e estruturas flutuantes	16	7 431	45586.8	0.0	9.6
87	Automóv/tractores/ciclos/outr terrest; partes/acess	1 538	2 582	67.8	3.9	3.4
I	Produtos acabados diversos	5 322	6 371	19.7	13.5	8.3
	<i>dos quais:</i>					
94	Mobiliário/colchões/almofad/candeeiros/pré-fabric	2 538	3 188	25.6	6.4	4.1
90	Aparelh óptic/fotog/medida/precisão/médic; s/partes	700	1 198	71.0	1.8	1.6
69	Produtos cerâmicos	915	1 039	13.5	2.3	1.3
68	Obras de pedra/gesso/cimento/amianto/mica	417	411	-1.5	1.1	0.5

Fonte: a partir de dados de base do INE.

ANEXO-1

**Definição do conteúdo dos agrupamentos de produtos
da Nomenclatura Combinada**

Agrupamentos	Capítulos da NC
A Agro-alimentares	01 a 24
B Energéticos	27
C Químicos	28 a 40
D Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E Têxteis, vestuário, calçado, peles e couros	41 a 43, 50 a 67
F Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
G Máquinas	84, 85
H Material de transporte	86 a 89
I Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>9 de outubro de 2012</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 9 de outubro de 2012 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="464 412 1358 696"> <p>▪ Portugal – Apoio financeiro e procedimento por défice excessivo: No seguimento da quinta avaliação a Portugal efetuada pela Comissão Europeia, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu, o Conselho aprovou a atualização da Decisão 2011/344/EU que estabelece as condições associadas ao programa de assistência financeira. Adicionalmente, o Conselho adotou a revisão da recomendação dirigida a Portugal para que ponha fim à situação de défice excessivo, tendo alargado em um ano (até 2014) o prazo para a referida correção.</p> <li data-bbox="464 725 1358 1010"> <p>▪ Semestre Europeu: Os Ministros avaliaram formas de melhorar o atual processo de supervisão multilateral subjacente ao Semestre Europeu, de forma a potenciar a eficácia deste exercício. Tais melhorias reportam-se à necessidade de ultrapassar os atuais constrangimentos de tempo para um exercício tão abrangente, a melhoria da <i>ownership</i> das recomendações e a forma de as tornar mais adaptadas à situação concreta de cada estado-membro, deixando margem de manobra para que cada um escolha os instrumentos de política mais adequados à sua situação.</p> <li data-bbox="464 1039 1358 1509"> <p>▪ Imposto sobre as transações financeiras (ITF): Os Ministros foram informados que onze estados-membros, incluindo Portugal, já tinham enviado, ou planeavam enviar brevemente, uma carta à Comissão Europeia requerendo a introdução do ITF através do mecanismo de cooperação reforçada. De referir que o artigo 20º do TUE e os artigos 326.º a 334.º do TFUE exigem que pelo menos nove estados-membros enviem a referida carta para que os procedimentos formais relativos a este mecanismo sejam iniciados. Na sequência das cartas enviadas pelos onze estados-membros, a Comissão Europeia adotou, no dia 23 de outubro, uma proposta de decisão do Conselho que autoriza uma cooperação reforçada entre estes estados-membros no domínio do ITF. Caso o Conselho concorde com a proposta da Comissão Europeia, esta avançará com uma proposta legislativa para a introdução do ITF através de cooperação reforçada.</p> <p>O Conselho Europeu reuniu a 18 e 19 de outubro, tendo discutido, entre outros temas, o Pacto para o Crescimento e o Emprego e os trabalhos o reforço da UEM.</p> <p>Relativamente ao Pacto para o Crescimento e o Emprego, o Conselho Europeu reiterou o seu firme compromisso em desenvolver as medidas necessárias para ultrapassar a tensão nos mercados financeiros, restaurar a confiança e estimular o crescimento e o emprego. Neste contexto, avaliou a implementação do Pacto, tendo reconhecido os progressos e reforçado a sua determinação em garantir a sua rápida implementação. No âmbito do reforço da UEM, o Conselho Europeu reiterou a prioridade atribuída às propostas relativas ao mecanismo europeu de supervisão, tendo sido acordada a necessidade de se definir um quadro legislativo até 1 de janeiro de 2013 e de se operacionalizar este mecanismo durante esse ano. No que respeita às questões relacionadas com o reforço da integração orçamental e económica e a legitimidade democrática e responsabilização, o</p>

Iniciativa**Sumário**

Conselho salientou a necessidade de desenvolvimento de trabalhos adicionais. Foi acordado que este processo deverá ser baseado nas instituições e processos europeus existentes e caracterizado por transparência e abertura relativamente aos estados-membros não pertencentes à área do euro e no respeito pela integridade do Mercado Interno. Neste contexto, o Conselho Europeu solicitou a apresentação de um calendário na reunião de dezembro próximo.

*Competitividade,
Emprego e Investimento*

O Governo lançou um conjunto de medidas que visam contribuir para o crescimento económico apostando nos eixos de atuação seguintes:

Eixos de atuação	Medida
Combate ao Desemprego	Estágios profissionais para casais desempregados com filhos
	Impulso para o Emprego
Financiamento e Recapitalização	Linha de crédito a PME's
	Linha PME Capitalização
	Linha Obrigações PME's – Emissões Primárias no Alternext
	Recapitalização de PME's
	Imposto sobre Valor Acrescentado – IVA
Investimento	Seguros de crédito à exportação
	Novo Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) e Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR)
	“QREN” – Simplificação e Reforço
Empreendedorismo e Inovação	“QREN” – Promover as exportações
	<i>Start now</i>

Comércio de licenças de emissão de gases com efeito estufa

Aprovou a alteração do regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito estufa (GEE), transpondo parcialmente uma diretiva comunitária no âmbito do CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão, que consiste num instrumento de mercado de regulação das emissões de GEE, na União Europeia.

Conselho de Ministros de 10 de outubro

Optou-se por uma transposição parcial da nova diretiva CELE por força da necessidade de operacionalizar a utilização das receitas de leilões de licenças de emissão, sem prejuízo de se proceder à transposição das restantes disposições no prazo estabelecido naquela diretiva.

A nova diretiva CELE apresenta o quadro legal do para o período de 2013 - 2020.

Sistema Elétrico Nacional - Tarifário

Aprovou um diploma que estabelece disposições para assegurar a estabilidade tarifária no período de implementação das medidas necessárias à sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional e à adequada repartição de custos e proveitos no âmbito desse sistema.

Conselho de Ministros de 10 de outubro

Este diploma visa impedir um aumento repentino e acentuado dos custos da eletricidade, evitando colocar acrescidas dificuldades às famílias e às empresas nacionais.

Comercialização de motores –

Aprovou um diploma que altera as regras relativas à colocação no mercado de motores de substituição para automotoras ferroviárias e locomotivas ferroviárias,

Iniciativa	Sumário
<p><i>máquinas ferroviárias</i></p> <p>Conselho de Ministros de 10 de outubro</p>	<p>bem como à aplicação do regime flexível na colocação no mercado de motores de ignição por compressão para máquinas móveis não rodoviárias, incluindo o seu alargamento aos motores destinados à propulsão de locomotivas ferroviárias.</p> <p>Este diploma procede à transposição para a ordem jurídica interna de uma diretiva comunitária, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros.</p>
<p><i>Concessão de serviço público aeroportuário</i></p> <p>Conselho de Ministros de 18 de outubro</p>	<p>Aprovou um diploma que estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal atribuída à ANA - Aeroportos de Portugal, S.A..</p> <p>A aprovação deste diploma visa dar consistência, designadamente segurança jurídica, à regulação relativa à gestão do sector aeroportuário, aplicável, nomeadamente, aos aeroportos públicos nacionais que são geridos pela ANA, S.A., regulação essa até aqui dispersa por vários diplomas legais.</p> <p>A ANA, S.A., tem a concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal, nomeadamente, dos Aeroportos de Lisboa (Portela), do Porto (Francisco Sá Carneiro), de Faro, de Ponta Delgada (João Paulo II), de Santa Maria, da Horta e das Flores.</p>
<p><i>Reprivatização da TAP, 3.ª e 4.ª fase do processo</i></p> <p>Conselho de Ministros de 18 de outubro</p>	<p>Aprovou o caderno de encargos sobre a venda direta aplicável à 3.ª fase da operação de reprivatização da TAP SGPS, S.A. e fixa algumas das condições aplicáveis à 4.ª fase do processo de reprivatização da TAP - SGPS, S.A.</p> <p>A venda direta compreenderá a emissão de ações, de uma ou mais categorias, representativas do capital social da TAP SGPS, S.A., através de uma ou mais operações de aumento de capital da TAP -SGPS, S.A., a subscrever por um ou mais investidores, bem como a alienação de ações representativas do capital social da TAP SGPS, S.A., a adquirir por um ou mais investidores.</p> <p>No âmbito da venda direta, as ações a subscrever pelo proponente ou proponentes selecionados serão emitidas pela TAP SGPS, S.A., enquanto as ações a adquirir pelo proponente ou proponentes selecionados serão alienadas pela Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A..</p> <p>Como forma de salvaguardar, no futuro e de forma permanente, o superior interesse nacional relativamente à empresa, é criado um direito de preferência para o Estado português sobre intenções futuras de alinação pelos adquirentes, findo o período de indisponibilidade para alienação destas ações.</p> <p>A 4.ª fase traduz-se na oferta pública de venda dirigida a trabalhadores da TAP SGPS, S.A. e de outras sociedades do Grupo TAP. Neste contexto, a SpdH - Sociedade Portuguesa de Serviços de Handling, S.A. foi incluída no universo de destinatários da referida oferta pública, atendendo ao histórico da empresa no Grupo TAP e ao facto de a alienação da maioria do seu capital pela TAP SGPS, S.A. ter ocorrido ainda neste ano.</p>
<p><i>Combate à fraude a nível europeu</i></p> <p>Conselho de Ministros de 25 de outubro</p>	<p>Aprovou a transposição da diretiva comunitária relativa à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras operações.</p> <p>Com esta regulamentação, que revê e aperfeiçoa as regras existentes, o recurso à assistência e à cobrança ao nível da União Europeia é estimulado e a sua aplicação prática facilitada, contribuindo para a estratégia global de combate à</p>

Iniciativa	Sumário
bro	<p>fraude ao nível europeu.</p> <p>Trata-se de mecanismos relativos à troca de informações, à notificação de documentos e à cobrança de créditos e adoção de medidas cautelares para garantia de cobrança, cuja aplicação será solicitada às autoridades competentes de outro Estado-membro quanto a devedores aí residentes ou sedeados, ficando, reciprocamente, as autoridades nacionais obrigadas a prestar, em território nacional, assistência da mesma natureza.</p>
<p><i>Registo da prestação de contas</i></p> <p>Conselho de Ministros de 25 de outubro</p>	<p>Aprovou um diploma, que introduz alterações no Código do Registo Comercial e no Regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, e no regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, no sentido de garantir o cumprimento da obrigação legal que impende sobre as empresas de procederem ao registo da prestação de contas junto do Ministério da Justiça.</p> <p>Assim, são aprovadas diversas disposições que penalizam o incumpridor de forma a combater a fuga ao referido registo das contas.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 214/2012. D.R. n.º 189, Série I de 2012-09-28</p>	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública.</p>
<p><i>Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional</i></p> <p>Portaria n.º 294/2012. D.R. n.º 189, Série I de 2012-09-28</p>	<p>Aprova os Estatutos da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P</p>
<p><i>Programa Formação-Algarve</i></p> <p>Portaria n.º 297/2012. D.R. n.º 189, Série I de 2012-09-28</p>	<p>Cria o Programa Formação-Algarve.</p>
<p>Financiamento 2.ª fase BEI</p> <p>Despacho n.º 12748/2012. D.R. n.º 189 Série II de 2012-09-28</p>	<p>Fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito da 2.ª tranche do empréstimo quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI).</p>
<p>Desafetação domínio público militar</p> <p>Despacho n.º 12843/2012. D.R. n.º 190 Série II de 2012-10-01</p>	<p>Desafetação do domínio público militar - PM 23/ Horta - Paiol Geral.</p>
<p>Pensão ex-prisioneiros de guerra</p> <p>Despacho n.º 12844/2012.</p> <p>Despacho n.º 12845/2012.</p> <p>Despacho n.º 12846/2012</p> <p>Despacho n.º 12847/2012</p> <p>D.R. n.º 190 Série II de 2012-10-01</p>	<p>Concessão de pensão a ex-prisioneiros de guerra</p>
<p>Linha de crédito, juros bonificados</p> <p>Portaria n.º 300/2012. D.R. n.º 191 Série I de 2012-10-02</p>	<p>Estabelece quem são os beneficiários, termos e condições de acesso à linha de crédito com juros bonificados, de acordo com o Decreto-Lei n.º 101/2012, de 11 de maio.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Remuneração do fiscal único institutos públicos Despacho n.º 12924/2012. D.R. n.º 191 Série II de 2012-10-02	Fixa a remuneração do fiscal único dos institutos públicos de regime comum e especial.
Compromissos plurianuais Despacho n.º 12928/2012. D.R. n.º 191 Série II de 2012-10-02	Delegação de competências para assunção de compromissos plurianuais – MDN.
<i>Lista aposentados e reformados</i> Aviso n.º 13310/2012. D.R. n.º 194 Série II de 2012-10-04	Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de novembro de 2012.
<i>Contrato de investimento</i> Despacho n.º 13046/2012. D.R. n.º 193, Série II de 2012-10-04	Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., a PT Portugal, SGPS, S. A., e a Portugal Telecom Data Center, S. A..
<i>Contrato de investimento</i> Despacho n.º 13047/2012. D.R. n.º 193, Série II de 2012-10-04	Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a CS - Coelho da Silva, S. A.
Autorização prévia encargos plurianuais Despacho n.º 13043/2012. D.R. n.º 193 Série II de 2012-10-08	Exceciona da autorização prévia contratação com encargos plurianuais.
<i>Repartição de encargos ISS, I.P.</i> Portaria n.º 525/2012. D.R. n.º 194 Série II de 2012-10-08	Autoriza o Instituto da Segurança Social, I.P., a proceder à repartição de encargos em mais de um ano económico.
<i>Sistema Elétrico Nacional</i> Decreto-Lei n.º 215-A/2012. D.R. n.º 194, Suplemento, Série I de 2012-10-08	Quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade.
<i>Mercado interno de eletricidade</i> Decreto-Lei n.º 215-B/2012. D.R. n.º 194, Suplemento, Série I de 2012-10-08	Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e completa a transposição da Diretiva n.º 2009/72/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que estabelece as regras comuns para o mercado interno de eletricidade.
<i>Programa de Estágios Profissionais</i> Portaria n.º 309/2012. D.R. n.º 195, Série I de 2012-10-09	Primeira alteração à Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, que regula o Programa de Estágios Profissionais.
<i>Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis</i> Decreto-Lei n.º 217/2012. D.R. n.º 195, Série I de 2012-10-09	Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis.
<i>Desafetação domínio público marítimo</i> Despacho n.º 13247/2012. D.R. n.º 196 Série II de 2012-10-10	Desafetação do domínio público militar - PM 30/ Entroncamento - Hipódromo do Entroncamento.
<i>Desafetação domínio público marítimo</i> Despacho n.º 13319/2012. D.R. n.º 197 Série II de 2012-10-11.	Desafetação do domínio público militar - PM2/Leiria - Carreira de Tiro de Marrazes.
<i>Regime jurídico do arrendamento urbano</i> Declaração de Retificação n.º 59-A/2012. D.R. n.º 198, Suplemento, Série I de 2012-10-12	Declaração de retificação à Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que «Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 157, de 14 de agosto de 2012.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Regime jurídico das obras em prédios arrendados</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 59-B/2012. D.R. n.º 198, Suplemento, Série I de 2012-10-12</p>	<p>Declaração de retificação à Lei n.º 30/2012, de 14 de agosto, que «Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 157, de 14 de agosto de 2012.</p>
<p><i>Prestador de serviço universal de comunicações eletrónicas</i></p> <p>Portaria n.º 318/2012. D.R. n.º 198 Série I de 2012-10-12</p>	<p>Aprova várias peças dos procedimentos destinados à seleção do prestador do serviço universal de comunicações eletrónicas.</p>
<p><i>Autorização para adjudicação</i></p> <p>Despacho n.º 13411/2011. D.R. n.º 199 Série II de 2012-10-15</p>	<p>Autorização para adjudicação - migração do grupo 7 para o GeRFIP.</p>
<p><i>Propostas vinculativas ENVC</i></p> <p>Despacho n.º 13412/2012. D.R. n.º 199 Série II de 2012-10-15</p>	<p>Alargamento do prazo para a apresentação de propostas vinculativas para os ENVC.</p>
<p><i>Pagamentos de créditos</i></p> <p>Édito n.º 508/2012. D.R. n.º 200 Série II de 2012-10-16</p>	<p>Anuncia requerimentos de pagamentos de créditos por falecimento de beneficiários.</p>
<p><i>Sistema de acesso aos serviços mínimos bancários</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 225/2012. D.R. n.º 201, Série I de 2012-10-17</p>	<p>Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que aprova o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários, estabelecendo as bases dos protocolos a celebrar entre o membro do Governo responsável pela área da defesa do consumidor, o Banco de Portugal e as instituições de crédito que pretendam aderir ao referido sistema e, bem assim, o respetivo regime sancionatório.</p>
<p><i>Desafetação domínio público marítimo</i></p> <p>Despacho n.º 13499/2012. D.R. n.º 201 Série II de 2012-10-17</p>	<p>Desafetação do domínio público militar - Polo de Penalva – Barreiro.</p>
<p><i>Empréstimo obrigacionista</i></p> <p>Despacho n.º 13599/2012. D.R. n.º 202 Série II de 2012-10-18</p>	<p>Banco Comercial Português, S.A. - empréstimo obrigacionista, até ao montante de EUR 1 500 000 000.</p>
<p><i>Autorização de garantia</i></p> <p>Despacho n.º 13600/2012. D.R. n.º 202 Série II de 2012-10-18</p>	<p>BES - Autorização de Garantia.</p>
<p><i>Prevenção e de sanção de situações de incumprimento de contratos de crédito com particulares</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 129/2012. D.R. n.º 203, Série I de 2012-10-19</p>	<p>Recomenda ao Governo que solicite ao Banco de Portugal a criação de um manual de boas práticas em matéria de prevenção e de sanção de situações de incumprimento de contratos de crédito com particulares.</p>
<p><i>Processos de execução - penhoras de imóveis de habitação própria</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 130/2012. D.R. n.º 203, Série I de 2012-10-19</p>	<p>Recomenda ao Governo que proceda à criação de um incentivo adicional à desistência ou acordo em processos de execução que envolvam penhoras de imóveis que constituam habitação própria e permanente dos executados e que, apesar da taxa de justiça agravada, foram iniciados.</p>
<p><i>Turismo de viajantes portadores de deficiência</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 131/2012. D.R. n.º 203, Série I de 2012-10-19</p>	<p>Por um turismo atento às necessidades dos viajantes portadores de deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida.</p>
<p><i>Estratégia «Turismo para todos»</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 132/2012. D.R. n.º 203, Série I de 2012-10-19</p>	<p>Recomenda ao Governo o desenvolvimento de uma estratégia integrada que promova o «Turismo acessível» ou «Turismo para todos» em Portugal.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Projeto de investimento</i></p> <p>Despacho n.º 13597/2012. D.R. n.º 203, Série II de 2012-10-19</p>	<p>Implementação de um projeto de investimento que consiste na ampliação da fábrica de produção de lixívia em Matosinhos, a concretizar pela Procter & Gamble Porto - Fabricação de Produtos de Consumo, Sociedade Unipessoal, Lda., como estruturante para a economia nacional.</p>
<p><i>Tarifa social de energia elétrica</i></p> <p>Despacho n.º 13596/2012. D.R. n.º 203, Série II de 2012-10-19</p>	<p>Tarifa social de fornecimento de energia elétrica.</p>
<p><i>Verbas transferidas municípios</i></p> <p>Portaria n.º 339/2012. D.R. n.º 207 Série I de 2012-10-25</p>	<p>Publica a relação das verbas transferidas em 2011 para vários municípios</p>
<p><i>Taxas de portagem em lanços e sublanços de várias autoestradas</i></p> <p>Portaria n.º 342/2012. D.R. n.º 208, Série I de 2012-10-26</p>	<p>Define o novo regime de redução das taxas de portagem a cobrar em lanços e sublanços de várias autoestradas e fixa o montante das taxas de portagem a cobrar nos mesmos lanços e sublanços.</p>
<p><i>Sistema Nacional de Gás Natural</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 230/2012. D.R. n.º 208, Série I de 2012-10-26</p>	<p>Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), bem como ao exercício das atividades de receção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural, e à organização dos mercados de gás natural.</p>
<p><i>Sistema Nacional de Gás Natural - regime jurídico aplicável ao exercício das atividades</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 231/2012. D.R. n.º 208, Série I de 2012-10-26</p>	<p>Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de julho, que desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, regulamentando regime jurídico aplicável ao exercício das atividades o de transporte, armazenamento subterrâneo, receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito, à distribuição e comercialização de gás natural e à organização dos mercados de gás natural.</p>
<p><i>Dispositivo eletrónico de matrícula</i></p> <p>Portaria n.º 343/2012. D.R. n.º 208, Série I de 2012-10-26</p>	<p>Quarta alteração à Portaria n.º 314-B/2010, de 14 de junho, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens.</p>
<p><i>Privatização da ANA</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 232/2012. D.R. n.º 209, Série I de 2012-10-29</p>	<p>Aprova o processo de privatização da ANA - Aeroportos de Portugal, S. A..</p>
<p><i>Centros de Emprego e Formação Profissional</i></p> <p>Deliberação n.º 1513/2012. D.R. n.º 209, Série II de 2012-10-29</p>	<p>Ajusta as áreas geográficas de intervenção do Centro de Emprego e Formação Profissional da Amadora e do Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra, unidades orgânicas locais pertencentes à Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEF, I. P..</p>

Abreviaturas Utilizadas

